

Universidade Federal do Pampa

**TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO**

***A VIOLÊNCIA NAS PRÁTICAS COTIDIANAS: UMA
EXPERIÊNCIA COM A TURMA SABIÁ DO CENTRO DE
FORMAÇÃO TERESA VERZERI, A PARTIR DA
OFICINA “VIOLÊNCIA NÃO ROLA”***

**Autor: Priscila Paula Amaral
Orientadora Dr^a: Jaqueline Carvalho Quadrado**

SÃO BORJA/RS

2014

PRISCILA PAULA AMARAL

**A VIOLÊNCIA NAS PRÁTICAS COTIDIANAS: UMA EXPERIÊNCIA COM A
TURMA SABIÁ DO CENTRO FORMAÇÃO TERESA VERZERI, A PARTIR DA
OFICINA “VIOLÊNCIA NÃO ROLA”**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Jaqueline Carvalho Quadrado

**São Borja
2014**

PRISCILA PAULA AMARAL

A VIOLÊNCIA NAS PRÁTICAS COTIDIANAS: UMA EXPERIÊNCIA COM A TURMA SABIÁ DO CENTRO FORMAÇÃO TERESA VERZERI, A PARTIR DA OFICINA “VIOLÊNCIA NÃO ROLA”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 31 de Março de 2014.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Jaqueline Carvalho Quadrado
Orientadora/UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a. Jaina Raqueli Pedersen
UNIPAMPA

Prof. Me. Jocenir de Oliveira Silva
UNIPAMPA

Dedico este trabalho aos meus Pais e a turma Sabiá/2013 do Centro de Formação Teresa Verzeri.

AGRADECIMENTOS

Chegou a hora de agradecer então! Significa que estou mais perto do fim do que nunca deste ciclo que se encerra em minha vida, sendo este o último a ser escrito! Porque não existe mérito nenhum em conquistar algo sozinho! Agradeço primeiramente a Deus, por ter sustentado minha FÉ e mesmo quando parecia nada dar certo, ele sussurrava, dizendo: para eu não desistir, dando-me sempre uma nova chance de recomeçar. Dando-me a luz necessária nos dias mais escuros de minha vida, e todas as noites que parecia que o mundo estava por acabar, ele me presenteava com outro dia novinho para eu reconstruir a minha história.

À minha família, meu tudo! Tudo de referência de amor e fraternidade que possuo! Pois, sem ela não teria base nenhuma para chegar até aqui, dentre ela a minha Rainha Guerreira Gilda (Mamis poderosa) que amo amo amo tanto, que nunca mediu esforços para me amar e me apoiar!!! Ao meu Pai (Papis Soberano) Antonio Carlos, que do seu jeitinho sempre me amparou e garantiu que a minha criação fosse a melhor. A minha Irmã Patricia, que se não fosse pelo empurrãozinho e puxão de orelha para inscrição eu não estaria dentro desta universidade, Obrigada! Ao meu cunhado Robson. Ao meu querido Miguel que acompanhou o processo, que suportou todas as minhas crises de existência em decorrência da construção deste trabalho, bem como minhas falhas e faltas com ele. A minha princesa/filha emprestada Ana Júlia, que por mais que faltasse atenção para com ela, a presença dela incessante me ajudava a ir adiante com este trabalho.

Aos amigos e colegas de palco, que tornaram meus dias mais alegres, no qual dividi meus quatro anos de graduação e juntos de início ao fim, terminamos mais um ciclo de nossas vidas, no qual levarei todos em meu coração para sempre: Flavety Montila, Tiago Rocha, Maicon Minho, Clara da Bahia, Gabriel, Ariel Jonatan, Jader Barcelos, Vanessa Gomes e claro a 5ª Turma de Serviço social, onde vivemos fortes emoções desde do dia 22 de Março de 2010.

Agradecimento mais do que especial a minha colega, amiga e irmã Flavia Pazuch, que dividiu comigo esses últimos anos, onde nos tornamos grandes amigas, saiba que meu amor por ti é grande, e que teu sucesso é meu também, torço muito por ti e espero que possamos continuar juntas ainda por muitos anos, avante! Bem como, agradecer a teus pais João e Ivone pelo amor e cuidado comigo, no qual os amo e respeito como meus pais!

Ainda, ao meu amigo Tiago Xuxa que compartilhou comigo grandes risadas, me fez muito feliz, com certeza foi um presente de Deus na minha vida! Quero você pra sempre do lado esquerdo do peito! Bem como este agradecimento estende-se a mamãe (Fermina Goia) e ao papai (Ziza), por aguentar nossas junções, nossos “grupos de estudos”, nossas festinhas!

A amiga Clara Baiana que atravessou o país em busca desta conquista, e que deu-me o privilégio de tê-la na minha vida, aprendi muito contigo e que este final, seja apenas o nosso começo, amo muito você!

Ao meu amigo Maicon, que me permitiu a aproximação, no qual tivemos a oportunidade de dividir nossos momentos! Ótimas risadas, festas escândalos e que nossas diferenças possam ainda mais nos unir! E que 80 Km, ou 300, ou 500 Km não possam apagar tudo que vivemos no nosso “grupinho”.

Ao Ariel Jonatan, lembro-me que foste um das primeiras pessoas que conversei na turma, e que me permitiu que me aproximasse “novamente”! Quero dizer que sem você ao meu lado nesses últimos dias teria sido muito difícil, obrigada por me dar o privilégio de ser tua amiga, és um ser muito especial, verdadeiro, honesto de alma e coração bom! Um Guerreiro, que enfrenta todas as batalhas que a vida traz com muita garra, tenho uma enorme admiração por ti. Te amo, sem mais e muitas lágrimas de emoção!

Ao Gabriel Brandão uma pessoa especial que o destino me trouxe, fomos muito amigos, nos afastamos por um tempo, voltamos a ser novamente, e brigamos e nos amamos continuamente e intensamente! Saiba que te admiro muito, o quanto foi forte durante as batalhas que a vida te trouxe, teu jeito (só teu), teu cuidado comigo, teu carinho, tua amizade! Obrigada Gabe por estar ao meu lado nestes últimos dias, por deixar eu gritar contigo e aliviar meu nervos!

Em especial a “turma do corredor”, que uniu-se para finalizar o TCC, obrigada por deixarem esses últimos dias menos pesados Maize (primeira pessoa que eu conversei na universidade, lembro-me como se fosse hoje, que emoção), Tiago Andrade, Charles H. (Dono do abraço mais apertado e carinhoso da universidade), Francielle Bassante, Jean Fraga, Luis Manoel, Gabriel, Ariel e minha amiga/irmã Vanessa. Foram muitos cafés, muitos almoços no RU juntos, ajuda necessária e essencial, seja em um “sumário” ou uma “palavra para substituir”, em um “alguém quer ler meu trabalho?”, ou “corrigir meu português?”, vocês foram fundamentais, muito obrigada! Que o sucesso seja o fruto de todas as batalhas que

venceram nesta etapa da vida vocês, e que possamos sempre nos manter ligados, e não deixarmos apagar as melhores lembranças que estes quatro anos nos deixaram!

Aos amigos meus de cada dia, não caberia citar, pois são muitos, saibam que dedico a vocês com muito amor, muito carinho e peço desculpas pela minha ausência, pelos convites recusados, pela minha falta de atenção! Obrigada por torcerem por mim, e acreditarem nesta minha conquista!

A minha Super colega Clarissa de Paula (ClaCla), obrigada por dividir o estágio comigo, quero disser-te que tenho uma admiração enorme por ti, e que aprendi muito com você!

Ao meu querido Paulo Martins por ter participado na minha trajetória, também ajudando e contribuindo para este trabalho, tenho um carinho e uma admiração enorme pela tua pessoa!

Ao Cia de Teatro Luz em Cena, em especial minha amiga Sandra Diniz, que me apoiou incondicionalmente, agradeço pelos momentos de descontração, pelos choros, pelas risadas, pela tua amizade e pelo teu carinho minha amiga poderosa!

A minha amiga Claudia Patta Escobar, lembro da força que me destes no início desta jornada, e de nossas longas conversas, pelos conselhos, pelo amor materno que sempre me destinou, mesmo quando eu pouco merecia, obrigada!

Aos profissionais do Centro de Formação Teresa Vezeri por me acolherem e dedicarem seus espaços comigo enquanto estagiária, em especial a minha Querida Irmã Sônia! Profissional competente e dedicada, religiosa e com o coração lindo! E, ainda a Assistente Social Arícia por ter dividido comigo seu conhecimento, pelo carinho e amizade, e contribuições na minha formação.

E sem modéstia alguma a minha SUPERvisora de campo por quem eu tenho enorme admiração Carine Fagundes, por ter me propiciado um momento incrível junto a ela que foi o estágio, onde tive a oportunidade de conhecer uma profissional tão dedicada e responsável, que contribuiu muito comigo enquanto profissional e pessoa, sem dúvidas foi muito importante ter o privilégio de ter passado por você como supervisionada! Ressalvo que tenho um carinho enorme por este lugar, que me acolheu com tanto amor!

A todos os educandos do Centro de Formação Teresa Verzeri, por ter me propiciado momentos incríveis, no qual me fortaleceram muito! Cada carinho, cada abraço, cada beijo, todos os momentos guardo em minha memória. Em especial a

turma Sabiá, crianças que me cativaram a cada dia que se passava, sempre com algo novo, superando minhas expectativas, me fortalecendo, contribuindo com o meu trabalho, sem dúvidas tem mais de vocês aqui do que imaginam! A vocês queridos, dedico este trabalho.

Ao querido mestre Jocenir Oliveira, por ter contribuído na minha formação, de maneira especial no meu TCC, em um momento que eu mais estava precisando de apoio! Por ter calma e paciência comigo! Por ter me dito as palavras certas nas horas certas! E por ter acreditado em mim! Um muito obrigada com gostinho de quero aprender mais contigo.

A queriiiiiiida professora Jaina Pedersen, por ter dedicado horas do seu tempo supervisionando, conversando, ensinando e discutindo assuntos comigo que contribuiriam de forma ímpar na minha graduação! Por ser essa pessoa especial e dedicada, mas acima de tudo comprometida com sua profissão! Por não medir esforços para superar minhas dúvidas! Por ser um exemplo de profissional! Por ser apaixonada pelo que faz, e por isso transmite seus ensinamentos da maneira mais perfeita que possa ser! Com você passei o momento determinante da graduação, que foi o estágio, e foi tudo muito intenso! Lágrimas? Muitas! Eram de emoções, de angústias, de medos, de limites superados, e hoje elas são de agradecimento, pois, sinto-me privilegiada por ter passado por você entre suas supervisionadas e quase orientandas, saiba que o carinho que sinto por você é enorme. Muito Obrigada!

A orientadora Dr. Jaqueline Carvalho pelas orientações e pela autonomia que me proporcionou na construção deste trabalho.

A Ione e Ana Maria da lancheria “da frente”, que nos alimentou, nos acolheu e nos proporcionou o lugar onde trocamos muitas ideias e boas gargalhadas!

Aos técnicos da UNIPAMPA sempre queridos e dispostos a nos ajudar, seja com um Bom Dia Alegre ou com um chimarrão: O meu querido Paulinho, Ronaldo, Fernando Locatelli, Rafaela Corrêa, Eufrásia, Luiz André, Eduardo.

Aos professores que me acompanharam durante a graduação! Aos “colegas de corredor” dos demais cursos. A instituição UNIPAMPA, obrigada!

"Adoro Reticências... Aqueles três pontos intermitentes que insistem em dizer que nada está fechado, que nada acabou, que algo sempre está por vir! A vida se faz assim! Nada pronto, nada definido... Tudo sempre em construção... Tudo ainda por se dizer... Nascendo... Brotando... Sublimando... Vivo assim... Numa eterna reticência... Para que colocar ponto final? O que seria de nós sem a expectativa de continuação?"

Nilson Furtado

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso problematiza o produto da experiência de estágio supervisionado em Serviço Social realizado no Centro de Formação Tereza Verzeri, no município de São Borja/RS, no período de 2013. Neste período foi realizado um projeto de intervenção com a turma Sabiá, que teve como público alvo crianças de 09 a 11 anos de idade para discutir o tema: violência e seus movimentos de enfrentamento e resistência. Para maior relevância fez-se uma pesquisa documental, realizada nos documentos elaborados durante o período de estágio como: análise Institucional e principalmente o diário de campo, elaborado pela acadêmica, que aborda as intervenções das Assistentes Sociais da Instituição frente à violência contra a criança e o adolescente que se acompanhou durante o período de estágio supervisionado. Também como método de análise buscou-se referencial teórico que abordasse duas categorias selecionadas como fundamentais para entender o processo de manifestação da violência, que foi a família, neste engloba-se a origem e suas modificações ao longo da história, bem como a origem dos sentimentos de infância e o processo de ganho de reconhecimento e ganho de direitos até sua efetivação. E a categoria violência, seus tipos, suas limitações, enfatizando a violência estrutural e a violência intrafamiliar, por serem duas categorias muito discutidas durante o período de estágio entre a estagiária e supervisora de campo e acadêmica. Justifica-se a importância da discussão da violência, por estar possibilitando aos usuários a intervenção para fortalecer seus movimentos de resistência e enfrentamento da violência, bem como sua prevenção. Também pela oportunidade de contribuir para que as crianças se identifiquem como sujeitos em uma sociedade, e ainda que se sensibilizem com a prevenção da violência, não sendo mais coniventes com a ocorrência da mesma. Para a análise dessa pesquisa documental, foi utilizado o método dialético crítico e suas categorias, desvendando a realidade, e interpretando-a, além do estudo qualitativo e da análise de conteúdo. Por fim, como resultado desse processo de intervenção junto à turma Sabiá em relação à violência, identificou-se que as crianças tiveram uma mudança de comportamento durante a execução do projeto, e que este colaborou para a harmonia das relações entre as crianças e educadores enquanto ambiente de convivência, bem como a acadêmica conseguiu identificar uma possível proposta de intervenção frente à família das crianças e adolescentes atendidos, perante o tema trabalhado que foi a violência.

Palavras-Chave: Violência, Família, Serviço Social e Criança e adolescente.

RESUMEN

Este artículo discute la terminación por supuesto el producto de la experiencia de prácticas supervisadas en Trabajo Social que tuvo lugar en el centro de formación Verzeri Tereza , en el municipio de San Borja / RS , a partir de 2013 . La violencia y sus movimientos de afrontamiento y resistencia: Teníamos un proyecto de intervención con la clase de Sabia , que tenían los niños de 09 a 11 años de edad de la audiencia para discutir el tema se llevó a cabo . Para mayor relevancia se convirtió en una investigación documental , llevado a cabo en los documentos preparados durante la pasantía como: Análisis institucional y, especialmente, el diario de campo , elaborado por académicos , intervenciones que abordan los trabajadores sociales de la institución frente a la violencia contra los niños y adolescente que lo acompañó durante el período de prácticas . También como un método de análisis se buscó marco teórico que aborda dos seleccionados como categorías clave para la comprensión del proceso de manifestación de la violencia , que era la familia, lo que incluye el origen y sus cambios a lo largo de la historia y el origen de sentimientos de la niñez y obtener reconocimiento y ganar derechos para su proceso de ejecución. Y la violencia, sus tipos, sus limitaciones , categoría enfatizando la violencia estructural y violencia familiar, están discutiendo mucho dos categorías durante la etapa entre el aprendiz y el supervisor y el ámbito académico. Justifica la importancia de la discusión de la violencia , lo que permite a los usuarios hacer una intervención para fortalecer los movimientos de resistencia y enfrentar la violencia y su prevención. También por la oportunidad de contribuir a que los niños se identifiquen como sujetos en una sociedad , y sin embargo, ser sensibles a la prevención de la violencia , ya no tolerar la ocurrencia del mismo. Para el análisis de esta investigación documental , el método dialéctico crítico y sus categorías , revelando la realidad , y su interpretación , se utilizó más allá del estudio cualitativo y análisis de contenido. Finalmente , como resultado de este proceso de intervención con la clase Sabia hacia la violencia , se encontró que los niños tenían un cambio de comportamiento durante la ejecución del proyecto, y que ello ha contribuido a la armonía de las relaciones entre los niños y los educadores mientras de condiciones de vida, así como académico ha identificado una posible propuesta de intervención hacia adelante a la familia de los niños y adolescentes tratados antes de que el tema tratado fue que la violencia.

Palabras clave: Violencia, Familia, Servicios Sociales y de niños y adolescentes.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Oficinas e objetivos das atividades desenvolvidas70

Quadro 02 – Cronograma de atividades do Projeto de Intervenção.....82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional

CF - Constituição Federal

CFTV – Centro de Formação Teresa Verzeri

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM - Fundação do Bem Estar do Menor

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

ONU – Organização das nações unidas

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNBEM - Política Nacional de Bem-Estar do Menor

SAM - Serviço de Assistência ao menor

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

PPS – Projeto Pedagógico Social

ONG – Organização não governamental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 A FAMÍLIA E AS TRANSFORMAÇÕES NO DECORRER DA HISTÓRIA E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES NA SOCIEDADE ATUAL.....	21
2.1 A origem da família	22
2.1.1 A família consanguínea	22
2.1.2 A família Panaluana	23
2.1.3 A Família Sindiásmica	24
2.1.4 A família monogâmica	24
2.1.5 A família patriarcal.....	25
2.2 A família moderna/contemporânea	28
2.3 A concepção da criança e adolescente perante a família, Estado e Sociedade..	30
2.4 Síntese do processo histórico que houve no Brasil até a implementação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente	33
3 A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO HISTÓRICO SOCIAL.....	46
3.1 Aspectos constitutivos da tradição cultural da violência na sociedade brasileira a partir da evolução do sentimento da infância e a promulgação do ECA.....	48
3.1.1 A violência estrutural	50
3.1.2 Violência Intrafamiliar	54
3.2 Definições e os tipos de violência	59
3.3 A Violência como objeto de intervenção do Serviço Social.....	63
4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI JUNTO Á TURMA SABIÁ.....	68
4.1 Desvendando o espaço sócio ocupacional: o Centro de Formação Teresa Verzeri.....	68
4.2 Processos de trabalho do profissional Assistente Social no Centro de Formação Teresa Verzeri.....	74
4.3 Estágio Supervisionado em Serviço Social: reconhecendo o objeto de intervenção.....	78
4.4 Projeto de Intervenção: “Violência Não Rola”	83
4.4.1 Execução e desenvolvimento do Projeto de Intervenção: Oficina Violência não rola: espaço de construção de conhecimentos e resistências frente ao fenômeno da violência	83
4.4.2 Avaliação do Projeto.....	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	99

1 INTRODUÇÃO

O interesse acerca do tema violência surgiu no cotidiano de experiência e vivências a partir do estágio supervisionado obrigatório I em Serviço Social. O referido estágio se desenvolveu na Instituição Centro de Formação Teresa Verzeri, localizado na cidade de São Borja/RS.

Sabe-se que os Assistentes Sociais intervêm, nos múltiplos espaços sociocupacionais e relacionam-se com distintas manifestações de violência. Neste sentido, pensou-se em desenvolver um projeto de intervenção que abordasse a questão da violência e suas manifestações. Assim como, os movimentos de resistência e enfrentamento que o Serviço Social possa estar intervindo.

Portanto, ao entrar em contato com a realidade da instituição, pode-se compreender diversos aspectos, entre os quais: manutenção, organização e funcionamento, o processo de trabalho do Serviço Social, e quais realidades se inserem, sendo que o estágio I caracteriza-se como estágio observatório, ou seja, observou-se a realidade de trabalho. Após a etapa de conhecer a instituição e seus procedimentos, procurou-se desvendar qual seria o objeto de intervenção a ser trabalhado.

E, de acordo com a vivência de estágio I realizado no CFTV, diante das análises, convivência e observações obtidas a partir do contato com os usuários (educandos), percebeu-se especialmente na turma Sabiá, onde são atendidas crianças de 09 a 11 anos atitudes violentas e por vezes reprodutoras uma para com as outras. Estas atitudes puderam ser percebidas em suas brincadeiras na hora dos intervalos, nos diálogos entre eles, na execução das atividades propostas nas oficinas e no relacionamento com os próprios educadores. Tais atitudes tornavam-se visíveis pelas agressões físicas que cometiam uns para com os outros evidenciados em “tapas”, “socos”, “brigas” e orais “xingamentos”, “ofensas”.

Com base na percepção, desenvolver um trabalho com esta turma, a partir da demanda evidenciada, tornou-se de fundamental importância não só pelo fato de contribuir para prevenir tais atitudes violentas, mas também para compreender como que tais situações são produzidas e reproduzidas a partir das relações sociais que estabelecem, não só na instituição, mas nas suas respectivas famílias e demais espaços de socialização.

Também cabe enfatizar que durante as observações realizadas no acompanhamento do trabalho do Serviço Social na Instituição pode-se perceber durante o estágio I e II, situações de denúncias de violência de pais contra filhos, onde os mesmos são vítimas de diversas situações de violência, como negligência e agressão física, fomentou ainda mais para que a discussão sobre o tema ocorresse dentro do espaço institucional.

A proposta de trabalhar com o tema violência, teve como objetivo central e inicial analisar as práticas de violência entre os educandos da turma Sabiá do CFTV. Pontuar a violência, como ela é manifestada dentro dos espaços sociais, especialmente na instituição, onde se viveu uma prática de intervenção oriunda do estágio supervisionado II.

Como objetivo geral pretende-se pontuar como a violência se materializa nas relações dentro do CFTV em especial na turma SABIÁ. Ainda, destacar os conceitos da violência e determinações histórico-social, perceber como se dá a contradição da manifestação da violência atualmente e como as relações de poder refletem diretamente nas múltiplas expressões da questão social.

Como objetivos específicos atentam perceber como se desenvolvem suas relações sociais dentro do CFTV; identificar como os atos violentos são materializados dentro da Instituição e analisar a violência como expressão da questão social.

Desvendado o objeto, seguiu-se a etapa de traçar uma direção, com proposta e planejamento definidos chegou-se à conclusão de que o projeto de intervenção desenvolvido trabalhasse acerca da temática da violência, seus mecanismos de resistência e enfrentamento. A convicção da importância de se trabalhar o tema nasceu da observação, durante o tempo de convivência com as crianças atendidas pelo CFTV. Essa observação será apresentada, posteriormente, no capítulo três, desse trabalho.

A violência movimenta e apavora a sociedade. E isso se torna mais agravante quando as vítimas são crianças e adolescentes que deveriam estar imunes e protegidos de tudo isso. Muitas vezes, esse histórico de violência nasce no ambiente familiar. Um espaço que deveria ser de convivência agradável e fraterna. Entretanto, um lugar que hoje, tem se tornado reconhecido como o lócus de origem da violência.

Para a construção deste trabalho, optou-se pelo método dialético crítico, pois este auxilia a compreender as demandas e intervenções observadas e acompanhadas na sua totalidade. Evidenciando suas contradições no movimento que parte da singularidade, resgata os processos históricos e culturais, e retorna a singularidade reconhecendo e compreendendo suas particularidades.

Ressalta-se que a opção por este método evidencia-se, no desenvolvimento deste trabalho, especialmente, no que diz respeito ao referencial teórico utilizado. Embasamento teórico que foi de suma importância para a construção dos materiais utilizados ao longo do estágio (planos, relatórios, diários de campo). Convém também enfatizar a importância da pesquisa documental acerca dos documentos internos da instituição como: Planos de trabalhos, projetos, relatórios, estudos sociais e fichas socioeconômicas. Documentos esses que auxiliaram nas análises realizadas pela acadêmica ao longo do trabalho.

Para Minayo (2007), a Pesquisa do tipo Documental, elaborada a partir de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, define-se pela coleta de dados extraída de documentos, escritos ou não. E, a Pesquisa Bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos científicos e materiais disponibilizados na internet.

Diante disso, o presente estudo fará uma abordagem da construção hegemônica da família. Construção essa que perpetuou, por muitos anos, onde não era vista como um espaço de caráter protetor e de cuidados. Em virtude disso faz-se importante ressaltar o surgimento histórico e a construção familiar que já compôs a sociedade.

Ainda é necessário explicitar o porquê da intenção de estudar a origem da infância, conectado ao fenômeno da violência. Ter-se-á como pano de fundo, o quadro histórico do surgimento do sentimento da infância, durante seu processo de construção, voltada para o segmento social da infância e da adolescência e institucionalizada com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Além da questão da violência familiar, trazem-se as indagações sobre os princípios de violência que nascem no ambiente escolar. Destacam-se os relatos evidenciados durante o estágio I e II no CFTV, e discutidos no capítulo III do referido trabalho. O qual abordará como objeto de intervenção a violência e suas manifestações. A Violência constatada em ambientes de ensino difere-se da violência familiar, pois se efetiva em espaço público. O ambiente escolar, em

oposição à família, não é um espaço privado, e, portanto toda a manifestação de violência que nela ocorra merecerá ser objeto de atenção e cuidado dos profissionais envolvidos em atividades institucionais.

Dessa forma, o presente estudo, buscou compreender de forma mais abrangente o fenômeno da violência, a partir de autores que abordam a temática. Destaca-se, portanto que a produção dos textos sobre violência foi oriunda do processo de vivência entre teoria e prática. Onde foi possível ver a teoria se materializando na prática, através das demandas que a instituição atendeu frente ao movimento de resistência à violência que ora era cometida de educandos para educandos, ora era gerada de pais contra os filhos.

O estudo proposto foi construído com o compromisso ético de produzir um conhecimento significativo que possibilitasse aprimorar a prática profissional aliada aos direitos humanos, aos princípios da Lei de Diretrizes Básicas vigente e à política social dirigida a crianças e adolescentes.

Para discutir o tema, dividiu-se o trabalho em três momentos. Na primeira parte, traz-se o referencial teórico. Referencial que aborda autores que discutem a origem da família, e suas transformações no transcorrer do tempo. Apresenta-se, também, a família contemporânea e suas influências. Tem-se como objetivo adquirir embasamento teórico acerca da discussão da origem da família, para melhor entender como o processo que ocorreu e as modificações positivas que trouxe.

Ainda, na sequência, outro item aborda a concepção de criança e adolescente, perante a sociedade, família e estado. Como ocorreu o processo de transformação do sentimento da infância, faz-se necessário perceber a concepção da criança como sujeito de direitos que é fruto de um processo histórico de lutas. Já que por muito tempo elas foram consideradas como adultos em miniatura, pois se comportavam, vestiam-se e eram responsabilizadas como tais, mesmo estando em pleno desenvolvimento, construindo sua personalidade. Para isso, retoma-se a história da origem do sentimento da infância até a promulgação do ECA - Estatuto da Criança e do adolescente onde seus direitos foram realmente efetivados.

Na segunda parte, descrevem-se os aspectos constitutivos da tradição cultural da violência, na sociedade, como já discutiu-se na evolução do sentimento da infância, que sofreu modificações no decorrer da história. Por muito tempo, foi um processo desigual e imoral no tratamento às crianças e aos adolescentes. Busca-se, também, definir e abordar os tipos de violência, enfatizando, neste

sentido, a violência estrutural e a violência intrafamiliar. Portanto, evidenciar a violência como objeto de intervenção do Serviço Social.

O último capítulo faz uma problematização do processo de realização de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II. Apresenta-se o espaço sócio ocupacional onde se deu a inserção enquanto estagiária, a sua história, as políticas sociais que desenvolve, o trabalho realizado pela instituição de um modo geral e mais, especificadamente, os processos de trabalho nos quais se inserem as profissionais assistentes sociais. Além disso, evidencia-se como ocorreu o processo de descoberta do objeto de intervenção da estagiária. Descreve-se o projeto de intervenção, intitulado “Violência, não rola”, que norteou o presente estudo e como se deu a percepção dos usuários. Também suas reflexões e contribuições para com a instituição e o fazer profissional do Assistente Social. Assim o capítulo finaliza com a avaliação e análise dos resultados obtidos a partir do desenvolvimento do projeto de intervenção.

Por fim, as considerações finais.

2 A FAMÍLIA E AS TRANSFORMAÇÕES NO DECORRER DA HISTÓRIA E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES NA SOCIEDADE ATUAL

Para discutir sobre violência, e se tratando dos sujeitos de análise crianças e adolescentes, faz-se necessário compreender o processo de formação de família, em um breve resgate de sua complexidade histórica e cultural, pois a família é o primeiro grupo de criação de laços afetivos, de educação, de cuidado, de carinho, proteção e de socialização das pessoas, independente de ser constituída por laços consanguíneos e/ou afetivos.

Falar sobre família requer pensar nas transformações que vêm ocorrendo ao longo da história, a partir de um contexto mais amplo que a sociedade apresenta e como os sujeitos se adéquam ao local que estão inseridos. As transformações estão, significativamente, relacionadas às mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. Acarretando, no modo de vida, do homem que está inserido em uma determinada sociedade.

Neste capítulo, discutir-se-á a origem da família. Tem-se como base teórica o livro escrito por Friedrich Engels, “A origem da família, da propriedade privada e do estado”, que é resultado de investigações de Lewis Henry Morgan acerca dos tipos de família que surgiram no transcorrer da história. Também, buscar-se-á contextualizar a família moderno-contemporânea relacionando-as as suas transformações.

Pretende-se, também, discutir a concepção da criança e do adolescente perante a família, Estado e Sociedade. O trabalho, traz uma síntese do processo histórico que houve, no Brasil, até a implementação do ECA - Estatuto da criança e do adolescente.

Engels (2002) observa que a produção e reprodução da vida imediata são relacionadas à produção dos meios de existência, neste sentido “a ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro” (ENGELS, 2002, p. 8).

Parte-se do entendimento que a família não pode ser vista como uma totalidade homogênea, mas sim, como um universo de relações diferenciadas. O que se pretende apresentar, neste item, são a origem e os modelos familiares que se constituíram ao longo dos tempos.

2.1 A origem da família

Na origem da família, pode-se destacar que a mesma surgiu como um grupo social delimitado e identificável, cujas dinâmicas de sobrevivência sempre tiveram relações de acordo com o modo de vida particular de cada uma e o contexto que estavam inseridas. Engels, em sua obra, diz que na idade da “Selvageria”, predominavam-se os casamentos grupais, e durante o “barbarismo” as relações sexuais eram exercidas, através dos acasalamentos que também ocorriam em grupos.

Mudanças significativas ocorreram somente depois da “civilização”, que acarretaram na “monogamia individual” e ao sexo/amor individual, onde se iniciava certa fidelidade conjugal nas relações entre homens e mulheres.

A invenção do incesto¹ foi o passo decisivo, na organização da família propriamente dita, no entanto, neste estágio primitivo as relações carnavais eram regidas por certa “promiscuidade tolerante” ao comércio sexual entre pais, filhos e mulheres, e entre pessoas de diferentes gerações. Não havendo interdições impostas pela cultura, nem relações de matrimônio ou descendência organizadas de acordo com sistemas de parentesco culturalmente definidos, era impossível falar em família nesse período.

Reconstruindo historicamente a origem da família, temos três estágios pré-históricos de cultura (Estado selvagem, barbárie e civilização), de acordo com Morgan (2002) historicamente a origem da família conteve quatro formas distintas, que foram sendo substituídas no decorrer da história. Sendo elas: a família consanguínea, a família panaluana, a família sindiásmica e por fim a família monogâmica.

2.1.1 A Família Consanguínea

Esta tem sua origem, como uma instituição que, posteriormente, foi denominada por Engels (2002) de família consanguínea. A família consanguínea, que é a primeira expressão de progresso na constituição familiar, segundo Engels (2002) na medida em que excluem os ascendentes (pais e os filhos) das relações

¹ Incesto: Relação sexual ou marital entre irmãos ou parentes próximos.

sexuais recíprocas, os grupos conjugais classificam-se por gerações, ou seja, irmãos e irmãs, primos e primas, tios e tias, todos tinham relação de marido e mulher.

A família era dividida por gerações, ou seja, a mulher não possuía apenas o seu marido, pelo contrário, não havia a separação entre conjugues distintos. Os filhos dessas gerações eram todos irmãos e irmãs que se tornariam conjugues comuns. Neste momento histórico o estágio de desenvolvimento das forças produtivas era rudimentar, no qual a sobrevivência tinha como base a caça e a pesca, e a divisão do trabalho era uma divisão sexual “natural” (conveniente) pautada nos trabalhos desenvolvidos pelos homens e aqueles desenvolvidos pelas mulheres (CARDOZO, 2010, p. 29).

A família Consanguínea representa a primeira “noção” de família em termos ligação afetiva e parentesco que surgiu na história. Dá-se a importância as ligações de caráter consanguíneo, “os grupos conjugais classificam-se por gerações, que são ascendentes e descendentes, os pais e filhos, são os únicos que estão excluídos dos direitos e deveres das relações sexuais. Irmãos e irmãs, primos e primas, em primeiro, segundo e restantes graus, são todos, entre si, irmãos e irmãs, e por isso mesmo maridos e mulheres uns dos outros.

2.1.2 A Família Panaluana

O segundo progresso corresponde à Família Panaluana, da qual são excluídas as relações carnais entre irmãos, cria-se a categoria dos sobrinhos e primos, manifesta-se como um tipo de matrimônio por grupos. Engels (2002, p. 37) destaca que “o matrimônio por grupos, a forma de casamento em que grupos inteiros de homens e grupos inteiros de mulheres pertencem-se mutuamente, deixando bem pouca margem para o ciúme”.

Neste modelo, o matrimônio se dava por grupos, em que o homem possuía uma esposa principal, entre suas demais esposas, assim como a mulher tinha um esposo principal, entre outros esposos. Neste período, era impossível saber quem era o pai dos filhos, apenas a mãe, devido à abundância de relações, mas já se fazia possível verificar uma relação entre marido e mulher em alguns agrupamentos familiares característicos da família panaluana.

2.1.3 A Família Sindiásmica

Com a ampliação das regras em relação ao casamento, tornam-se cada vez mais difíceis as uniões por grupos, que foram substituídas pela a união de pares, a fim de evitar o matrimônio consanguíneo. Dá-se origem a Família Sindiásmica, “neste estágio, um homem vive com uma mulher, mas de maneira tal que a poligamia e a infidelidade sejam raramente observadas, por causas econômicas” (ENGELS, 2002, p. 48).

Das mulheres exige-se, agora, rigorosa fidelidade, sendo o adultério cruelmente castigado. Entretanto, ainda se considera à mulher o direito materno em caso de dissolução do vínculo conjugal. De acordo com Engels (2002) a família sindiásmica é o estágio evolutivo que permitirá o desenvolvimento da Família Monogâmica.

Nesses três momentos que caracterizam os diferentes estágios da instituição familiar é possível perceber que somente a linhagem materna era reconhecida, portanto a mulher possuía uma posição importante na sociedade e na família.

2.1.4 A Família Monogâmica

Superada a passagem ao casamento sindiásmico, introduz-se a família monogâmica, que segundo Engels (2002) seu triunfo definitivo foi um dos sintomas da civilização. Gerou efeito intenso para as mulheres.

Isso foi possível por que, no matrimônio sindiásmico, além da verdadeira mãe, passa a existir a figura do verdadeiro pai. Onde sua presença é indiscutível, e os filhos passam a ter direitos sob os bens que possui, na qualidade de herdeiros.

Diferencia-se do modelo do matrimônio sindiásmico por uma solidez nos laços conjugais, cabe somente ao homem rompê-los, a quem igualmente se concede o direito à infidelidade.

Baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de família monogâmica

diferencia-se do matrimônio sindiásmico por uma solidez muito maior dos laços conjugais, que já não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes. Ao homem, igualmente, se concede o direito à infidelidade conjugal, sancionado ao menos pelo costume (o código de Napoleão² outorga-se expressamente, desde que ele não traga a concubina o domicílio conjugal), e esse direito se exerce cada vez mais amplamente, à medida que se processa a evolução da sociedade (ENGELS, 2002, p. 62).

Até o surgimento da família sindiásmica, predominou a economia doméstica comunista. Não obstante, já existiu a divisão sexual do trabalho como primeira forma de divisão do trabalho, para Engels (2002, p.65-66) “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos [...]”.

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia. Assinala a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.

Entretanto, quanto mais as relações perdiam seu caráter primitivo por força do desenvolvimento das condições econômicas, tanto mais opressivas as relações se tornaram para as mulheres, já que elas deviam ansiar pelo matrimônio com um só homem, renunciando às disposições derivadas do matrimônio por grupos, o que ao homem nunca foi proibido.

Outro ponto fundamental a partir da concentração da riqueza foi criando no homem a ideia de modificar, em proveito de seus filhos, a ordem estabelecida de herança (ENGELS, 2002, p. 56-57). Nisto houve, a eliminação da filiação materna para a filiação paterna, e o direito materno para o paterno.

Com a substituição do direito materno ao paterno, a mulher passou a ser uma simples reprodutora e servidora dos interesses do homem, e passou a viver sob forma de escravidão. Para o marido, a mulher era “mãe de seus filhos legítimos, seus herdeiros, aquela que administra a casa e comanda as escravas” (ENGELS, 2002, p. 69).

2.1.5 A Família Patriarcal

Engels discorre sobre essa transição da família monogâmica para família patriarcal, na qual “para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a

² Código das leis burguesas elaboradas, sob Napoleão I, em 1804, a partir do Code Civil da Grande Revolução Francesa.

paternidade dos filhos, a mulher é entregue, incondicionalmente, ao poder do homem” (ENGELS, 2002, p. 65).

O objetivo em assegurar a paternidade dos filhos não é outro, senão o de transferir suas propriedades para um descendente legítimo. Com isso, começa a autoridade e exercício de poder do homem pela mulher, as características essenciais desse sistema são a incorporação dos escravos e o domínio paterno.

Com o aumento das riquezas, o homem vai gradativamente assumindo uma posição mais importante do que a da mulher, e surge a necessidade de transferir para os filhos as heranças produzidas. Para tanto o direito materno deveria ser suprimido, e foi o que aconteceu; com o desenvolvimento da produtividade dos homens na terra, o acúmulo de riquezas e propriedades os filhos passaram a pertencer não à gens da mãe, mas sim à do pai (CARDOZO, 2010, p. 30).

Ao tratar do desenvolvimento histórico da instituição familiar e da transição da família matriarcal para a patriarcal, Engels (2002) se propõe a analisar como se consolida a família patriarcal e a estrutura produtiva sobre a qual surge.

Com o avanço das forças produtivas, na Revolução Industrial, e a conseqüente exploração da força de trabalho da mulher pelo capital (inserção no mercado de trabalho), resultam em uma transformação da estrutura familiar vigente, até o momento, monogâmica patriarcal.

Ainda na família sindiásmica, com o desenvolvimento das forças produtivas, possibilitou-se aos homens cultivar rebanhos e terras, desenvolvendo produtividade, que possibilitava o excedente para trocas, e novas riquezas. Tais propriedades passaram a pertencer ao agrupamento ou gens ao qual o homem fazia parte no caso de separação no casamento sindiásmico. Neste caso a mulher fica com os filhos (e retorna a sua gens de origem) e o homem retorna ao seu agrupamento (gens) de origem, ficando com as propriedades e as fontes de alimento produzidas por ele, e conseqüentemente os seus filhos (que ficavam com as mães) acabavam sendo deserdados (CARDOZO, 2010, p. 29/30).

Ao retroceder a história da origem da família, nota-se que a mesma não possuía hegemonicamente expressão, não havia termos de patrimônio, de respeito e nem fidelidade ao mesmo.

A mulher era obrigada a viver, com leis que determinavam como devia se portar. Mesmo diante da infidelidade do esposo, deveria cuidar da casa, dos filhos e obedecer, rigorosamente, as regras impostas.

Conforme Engels (2002, p. 63) “Quanto à mulher legítima, exige-se dela que tolere tudo isso e, por sua vez, guarde uma castidade e uma fidelidade conjugal rigorosas”. A monogamia aparece na história sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como relata Engels:

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente como uma reconciliação entre o homem e a mulher, e menos ainda, como uma forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravidão de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história (ENGELS, 2002, p. 65).

A monogamia iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, que duram até os dias atuais, no qual “cada progresso é, simultaneamente, um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros” (ENGELS, 2002, p. 66).

Pode-se dizer então que a monogamia, de modo algum é fruto do “amor sexual” individual e não se baseia em condições naturais e amorosas, mas condições econômicas.

As condições econômicas constituem, no avanço da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva. Tanto que a antiga “liberdade sexual” praticada pelos homens, em outros momentos históricos, nunca deixou de existir com o matrimônio sindiásmico e nem com a monogamia. É o que Morgan (2002) chama de heterismo, relações extraconjugais dos homens com mulheres não casadas, relações que florescem sob as mais variadas formas durante todo o período da civilização, transformando-se, aos poucos, na dita “prostituição.

Engels (2002) discorre que além do heterismo e da prostituição, outro desdobramento da monogamia é o adultério da mulher, que era banalizado. Referente aos avanços manifestados, cuja expressão máxima foi a monogamia. Consiste no fato que se tirou, cada vez, mais das mulheres a liberdade sexual do matrimônio por grupos. Sendo ela obrigada a viver, sexualmente, com apenas um homem, tira-se o direito de reprodução por grupos, mas nunca se proibiu o homem a viver apenas com uma mulher.

Assim, pois, nos casos em que a família monogâmica reflete fielmente sua origem histórica e manifesta com clareza o conflito entre homem e a mulher, originado pelo domínio exclusivo do primeiro, teremos um quadro em miniatura das contradições e antagonismos em meio aos quais se move a sociedade, dividida em classes desde os primórdios da civilização, sem poder resolvê-los nem superá-los (ENGELS, 2002, p. 67).

O princípio materialista presente, na obra de Morgan, segundo Engels (2002), é o que fundamenta a compreensão de que as fases de desenvolvimento humano acompanham os progressos obtidos, na produção dos meios de existência, ou seja, as épocas de progresso. No desenvolvimento da humanidade coincidem como ampliação das fontes de existência.

Diante disso, no próximo item abordar-se-á a família moderna e os seus reflexos nas constituições familiares vistas até agora, bem como se discutir a importância de sua origem.

2.2 A Família Moderna/Contemporânea

Muitos traços da família patriarcal ainda permanecem e persistem na família conjugal moderna, pode-se citar o exemplo que no Brasil, só após a Constituição de 1988, o homem e a mulher são assumidos com igualdade, no que tange aos direitos e deveres da sociedade, diante disso, perante a lei todos são iguais, homens e mulheres.

Conforme já citado anteriormente, a família e a sua construção sofrem com as mudanças gerais que ocorrem na sociedade, mas, especificamente, tem suas mudanças mais intensas nas três últimas décadas (séc. XX). Onde algumas questões relacionadas ao casamento e à família começam a ser discutidas. Entretanto, a família não somente sofreu influência com novos arranjos familiares que se constituíam, mas também, por outros fatores, como o contexto social que está inserido, político e econômico, que se altera a todo o momento.

As constituições das famílias são inseparáveis e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações que podem ser econômicas e sociais, de hábitos, costumes, avanços tecnológicos e culturais, entre outros.

Destaca-se o avanço de como a família tornou-se uma instituição de consumo excessivo dos meios capitalistas, onde lhe são impostas formas de consumo e lazer, o que contribui para fomentar uma ideologia de consumismo, com efeitos diretos dentro das famílias, visto que por vezes, este processo se torna difícil, marcante e decisório na formação de indivíduos.

A estrutura da família é a de um sistema sociocultural aberto, em transformação, passando por estágios de desenvolvimento que requerem constante adaptação. Este sistema está sempre mudando e sempre conservando os padrões exigindo adaptabilidade. Todo sistema familiar possui um conjunto de regras implícitas que regulam o seu funcionamento, tanto dentro da família como desta com o mundo exterior. Este conjunto de regras é chamado fronteiras. A existência de fronteiras invisíveis marca o surgimento de sub-sistemas, como pai e mãe, marido e mulher, irmão e irmão, mãe e filhos, etc. A fronteira extra-familiar fornece proteção para o mundo exterior (COSTA; PENSO, 2005, p. 12).

Outro aspecto de grande influência nos novos arranjos familiares é o papel de provedor de sustento da casa, onde já não pertence, única e exclusivamente, ao homem. Visto que a mulher contemporânea trabalha fora, ocupa cargos importantes, é assalariada e provém o sustento dos filhos. Esse é um grande avanço para as mulheres, o que advém de muita luta como podemos perceber na história.

Entre as grandes mudanças no sentido de constituição do que é família, cabe enfatizar a inserção da mulher, no mercado de trabalho, a precisão de se arrumar o mantimento dos lares fez com que o papel de “chefia da família”, também não coubesse mais somente ao homem, bem como o matrimônio, os casamentos não são firmados apenas por homens e mulheres, e sim são admissíveis as relações homossexuais e, atualmente casamentos homoafetivos. Também a adoção, a constituição de família que se destitui do dito “padrão” (pai, mãe), e hoje existe famílias compostas por irmãs que cuidam dos irmãos, tios, avós, padrinhos, já fazem parte dos novos arranjos familiares.

Diante do exposto, o próximo item a ser discutido será a concepção da criança e do adolescente perante a família, Estado e Sociedade, acompanhar-se-á o processo de ganho de direitos destes sujeitos, em decorrência das mudanças que a sociedade obteve até a contemporaneidade, assim como as influências que os processos de mudança e os contextos expressaram.

2.3 A concepção da criança e adolescente perante a família, Estado e Sociedade

Observou-se, no item anterior, que a compreensão e construção de família sofreu significativas mudanças desde os primórdios, e atualmente, é muito diferente

da ideia que prevalecia antigamente, mas todo esse processo conteve enormes e contínuas mudanças.

No que se refere à criança e ao adolescente, sujeitos estes pertencentes à organização das famílias. Observa-se que foram alvos de profundas transformações, muito delas, decorridas das variações e organizações dos novos arranjos familiares.

A fim de melhor descrever sobre violência, e direitos adquiridos pela criança e pelo adolescente, cabe problematizar quem são esses sujeitos, que nem sempre “existiram” ,conceitualmente, haja vista que as categorias criança e adolescente construíram-se, histórica e socialmente, conforme a época e a sociedade.

E se hoje a criança tem seu lugar reservado no seio familiar e possui seus direitos garantidos por lei, traz as indagações, no sentido de desvelar como no decorrer da história essa construção foi vista e efetivada.

Um dos autores que estudou a história da criança e sua relação com a família foi Philippe Ariès (2012), que pesquisou sobre a sociedade europeia e suas diferentes organizações familiares. Ele afirma que, foi no período da modernidade, que se estabeleceram os limites entre o social e o familiar, com o desenvolvimento da ideia de privacidade. Partindo do entendimento do que ocorria na arte medieval, por volta do século XII a infância era desconsiderada. “No mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existiam crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim de homens de tamanho reduzido” (ARIÈS, 2012, p. 18).

A representatividade da infância não existia. As crianças recebiam tratamento de adulto. Eram “considerados adultos em miniatura” (ARIÈS, 2012), e tudo que se fazia e se falava com as crianças, não sofria censura.

Na idade média, no início dos tempos modernos e por muito tempo, nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas poucos anos __ depois de um desmame tardio __ ou seja, aproximadamente aos 07 anos de idade. A partir, desse momento ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. O movimento da vida coletiva arrastava em uma mesma torrente as idades e as condições sociais, sem deixar a ninguém o tempo da solidão e da intimidade. Nessas existências densas e coletivas, não havia lugar para um setor privado (BOLÍVAR apud ARIÈS, 2008, p. 50).

Ariès (2012) traz em sua obra que as pessoas tratavam as crianças como se fossem adultos “de tamanho menor”, e que elas aprendiam e faziam tudo que um

adulto fazia. A família não tinha controle sobre as crianças, e sua socialização acontecia na rua, com os adultos.

Um sentimento superficial pela criança que chama de “paparicação” — reservado a criancinha em seus primeiros anos de vida enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico (BOLÍVAR apud ARIÈS, 2008, p. 50).

Houve três representações do que mais se aproxima com a criança moderna. A primeira figura de criança foi representada por um anjo³, ainda no finalzinho do século XIII, logo o menino Jesus⁴, e a terceira surgiu na fase gótica: a criança nua⁵, sendo desconsideradas todas as crianças pequenas que existiam da história da arte até o século XIV.

As crianças eram representadas pela iconografia religiosa, pintura, tapeçaria e escultura. No século XIV e, sobretudo no século XV. Esses tipos medievais de representação da infância evoluíram. Surgiram então duas novas representações o retrato⁶ e o *putto*⁷.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do século XV e durante o século XVII (ARIÈS, 2012, p. 28).

Até o século XIII, existiu desconsideração, em relação às crianças, pelo mundo das imagens. O que se observa, nas vestimentas da época, pois, eram vestidas como adultos. “Assim que a criança deixava os cueiros, ou seja, a faixa de tecido que era enrolada em seu corpo, ela era vestida como outros homens e mulheres de sua condição (ARIÈS, 2012, p. 32). Da mesma forma a maneira de

³ “Representado sob a aparência de um rapaz muito jovem, de um jovem adolescente” (ARIÈS, 2012, p. 18)

⁴ O menino Jesus ou a virgem Maria Menina estava ligada ao mistério da maternidade da Virgem Maria e ao culto de Maria (ARIÈS, 2012)

⁵ tal denominação de imagem surgiu, porque o menino Jesus, nunca era representado despido. “Na maioria dos casos, aparecia, com as outras crianças de sua idade, castamente enrolado, em cueiros ou vestido com uma camisa ou camisola. Ele só se desnudaria no final da Idade Média” (ARIÈS, 2012, p. 19).

⁶ “O retrato indicava que as crianças começavam a sair do anonimato em que sua pouca possibilidade de sobreviver as mantinha” (ARIÈS, 2012, p. 25)

⁷ “O tema do *putto* nasceu e se desenvolveu ao mesmo tempo em que o retrato da criança. Mas as crianças dos retratos dos séculos XV e XVI não são nunca ou quase nunca crianças nuas” (ARIÈS, 2012, p. 26).

educá-las. Nunca foram sancionadas, e as mesmas eram submetidas a castigos e espancamentos habituais.

Em meados do século XVII, a criança passou a ser vestida, diferentemente, dos adultos, utilizavam uma vestimenta adequada a sua idade, mas o que se observa é que as meninas, ainda não recebiam diferenciação evidente, visto que ainda continuavam a ser vestidas em trajes de mulheres adultas.

Os primeiros vestígios a respeito do sentimento da infância ocorreram, no final do século XVI e, sobretudo no século XVII, mas de uma forma tênue e desastrosa. Tratava-se a criança pequena como o centro de todas as atenções e tudo lhe era permitido.

Contudo, por volta dos sete anos de idade, ela passava a ser cobrada por meio de uma postura diferenciada, com as responsabilidades e deveres de uma pessoa adulta (ALBERTON, 2005). As crianças e adolescentes nunca ocuparam lugar de representatividade, nem a eles era oferecido o devido cuidado, não tinham acesso e nem garantia de seus direitos, muito menos a proteção de que necessitavam.

Foi a partir da revolução Industrial que ocorreu na Inglaterra, no século XVIII, que houve grandes mudanças no papel da família. Observa-se um novo lugar assumido pela criança e pela família. Com a transição do feudalismo para o capitalismo, a burguesia desejava que seus filhos fossem educados de uma forma especial.

A criança separa-se da convivência direta com os adultos e passa a ser educada de forma diferente e frequentar escolas. Eram preparadas e treinadas para o mundo do trabalho. A escola, portanto, foi a propulsora da invenção da infância. A família tornou-se um lugar de afeto entre os filhos e os cônjuges, a educação destaca-se com grande importância na criação dos filhos. Como Ariès nos mostra esta família se transformou:

Tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes. Essa afeição se exprimia sobretudo através da importância que se passou a atribuir à educação (BOLÍVAR apud ARIÈS, 2008, p. 51).

No Brasil, a situação da criança não foi diferente, e para entender os processos históricos que a criança brasileira sofreu ao longo dos tempos, faz-se

necessário voltar ao início da história do Brasil, ou seja, ao período da colonização, pois as crianças que chegaram ao país eram crianças órfãs de cuidado, muitas delas serviam como moedas de troca aos súditos da coroa.

Diante disso, no próximo item abordar-se-á, através de uma breve síntese o processo histórico que houve no Brasil até a implementação do ECA- Estatuto da criança e do adolescente.

2.4 Síntese do processo histórico que houve no Brasil até a implementação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Contam os historiadores que as primeiras embarcações de Portugal, mesmo antes do descobrimento, foram povoadas com crianças órfãs. Nas embarcações, havia apenas homens, e as crianças tinham a obrigação de prestar serviços durante a viagem, que era longa e trabalhosa, além de se submeter aos abusos sexuais praticados pelos marinheiros.

Alberton (2005) acrescenta que as condições dentro dessas embarcações “eram trágicas”. As crianças eram abusadas sexualmente, com a desculpa de que não havia mulheres a bordo.

As crianças e adolescentes embarcavam nas naus, rumo à nova terra, como “grumetes” ou “pagens” para realização de serviços a bordo, ou como órfãs do Rei, enviadas ao Brasil para casarem com súditos da Coroa ou ainda como passageiros na companhia de seus pais. Em qualquer uma das hipóteses, sua situação dentro das embarcações era trágica. Com a desculpa de que não havia mulheres a bordo, os grumetes e pagens sofriam todo o tipo de abuso sexual por parte dos homens embarcados. Os órfãos viajavam trancafiadas, vigiadas, a fim de não serem violentadas, pois precisavam chegar ao Brasil em estado de virgindade para serem aceitas em matrimônio, mas muitas e muitas vezes eram seviciadas. Mesmo as crianças que viajavam na companhia de seus pais eram alvos de violência sexual perpetrada pelo pessoal de bordo (ALBERTON, 2005, p. 42).

Em meados século XVI chega ao Brasil o primeiro grupo de religiosos, com o intuito de evangelizar os habitantes da nova terra, e defender a moral e os bons costumes entre os mesmos.

No entanto, ao perceber que os colonizadores cometiam abusos sexuais contra as mulheres negras e índias, aproveitando-se de suas condições e não assumiam compromisso religioso, nem jurídico, muito menos, assumiam os filhos das mesmas, preocupados com a violência e a degradação dos costumes, os

religiosos batalhavam pela implantação da instituição familiar nas colônias, então começaram a defender esta classe que era escravizada.

Aos religiosos cabia a luta pelos direitos das mulheres e crianças e a responsabilidade do cuidado as crianças pobres e abandonadas por suas famílias, por meio de ações filantrópicas.

Os religiosos passaram a ter importante papel na defesa dessas mulheres e crianças e, durante todo o período colonial e nos subseqüentes, até início do século XX, todo o amparo a infância Brasileira, basicamente foi exercido pela igreja católica (ALBERTON, 2005, p. 44).

Outro fator determinante na história foi o fato do nascimento das crianças que foram procriadas fora do casamento. Passou a ser um alarmante comum, estes filhos denominados de “enjeitados”, nunca foram aceitos, e tornava-se muito difícil a sua criação, surge então a figura do “menor abandonado”.

No Brasil, os “enjeitados”, eram confiados aos cuidados das famílias que se propõem a cuidá-los, entretanto, muitos deles faleciam prematuramente. Uma das primeiras medidas de proteção à infância e a estes “menores abandonados” foi Roda dos Expostos, instaurada, no Brasil pela Irmandade de Misericórdia em 1726, na Santa casa de Salvador na Bahia.

Segundo Alberton (2005, p. 44) “A Roda dos Expostos⁸ de Misericórdia possuía como objetivo principal amparar as crianças vítimas da rigidez da ética social e religiosa”.

Essa instituição cumpriu um importante papel. Quase por um século e meio a roda dos expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. É bem verdade que, na época colonial, as municipalidades deveriam, por imposição as ordenações do reino, amparar toda a criança abandonada em seu território. No entanto, esta assistência, quando existiu, não criou nenhuma entidade especial para acolher os pequenos desamparados. As câmaras que ampararam seus expostos limitaram-se a pagar um estipêndio irrisório para que as amas-de-leite amamentassem e criassem as crianças (MARCILIO, 2006, p. 53).

⁸A roda dos expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes da nossa história. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950! Sendo o Brasil o último país a abolir a chaga da escravidão, foi ele igualmente o último a acabar com o triste sistema da rodas dos enjeitados (MARCILIO, 2006, P. 53).

A roda dos expostos foi criada para que os menores rejeitados e abandonados tivessem a oportunidade de crescerem com saúde e se desenvolverem com qualidade, não ficando expostos na rua “a roda estimulava o expositor, no anonimato, a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou de casas de família, como era o costume, na falta de outra opção” (MARCILIO, 2006, p. 54).

No ano da independência política do Brasil 1822, com o período Imperial Brasileiro, onde na época adotou-se a Monarquia, elaborou-se a Primeira constituição. Em 1823, surgiu o primeiro Projeto de Lei Brasileira, este que continha preocupações com a situação de escravidão que as crianças viviam na época, no entanto, ainda não assegurava os direitos das crianças, e sim serviu como um preceito de manutenção da mão-de-obra barata escravizada.

Ainda em 1823, Dom Pedro I, primeiro Imperador do Brasil, dissolveu uma assembléia constituinte, surgiu então o Código Criminal do Império do Brasil de 1830, que se referiu aos “menores” (criança), como “menores criminosos”. Estes ao cometerem crimes eram recolhidos as “casas de correção”, aplicavam-se a “Teoria da Ação com Discernimento”⁹, onde a avaliação do grau de consciência de uma prática criminosa era dada pela autoridade judiciária, bem como fosse do seu entendimento.

Após a Proclamação da República surge o segundo Código Penal, chamado de Código Penal da República ou Código Penal dos Estados Unidos no Brasil, em 1890. Este manteve a Teoria da Ação com Discernimento. Neste período, observa-se que somente as ações filantrópicas feitas pela Igreja, não eram suficientes, e para equilibrar o Estado passou a intervir nos espaços sociais.

Mas cabe ressaltar que esta proteção do Estado e Sociedade, não servia com intuito de garantir os direitos das crianças e adolescentes e protegê-las e sim, proteger a sociedade e o Estado de seus atos, obtendo determinado “controle da infância”, o código tinha tratamento de igualdade frente às ações infratoras cometidas por criança e adolescentes, como as de adulto.

De outro giro, o lugar dos menores na sociedade brasileira distinguia-se quanto às suas classes sociais. Os filhos dos fazendeiros de café eram tratados como “pequenos reis”, com poderes, inclusive, sobre os escravos

⁹ O critério para determinação da responsabilidade pelos atos cometidos pelas crianças ou adolescente eram discernimento, ou seja, a consciência em relação ao ato cometido.

adultos. Neste aspecto, destaca-se a dificuldade, por exemplo, dos professores sem lecionar a estes menores burgueses, além do uso por eles das crianças escravas como seus “brinquedos” (LOPES, 2010, p. 72).

Nesta época, quem possuía recursos financeiros era denominada criança e sua educação e proteção era de responsabilidade exclusiva de sua família, já aqueles que se encontravam em situação de pobreza e/ou abandono eram denominados “menores”, sendo, muitas vezes, internados em instituições.

Lopes e Ferreira (2010, p. 72) diz que: “Em contrapartida, a vida dos menores pobres e escravos se caracterizava, desde tenra idade, pela cruel separação de seus pais e parentes, obrigando-os a prover seu próprio sustento”. Nesta perspectiva, o cuidado da infância era classificado de acordo com sua condição socioeconômica.

No Brasil, na época do Império, os pais davam plena liberdade para os filhos enquanto pequenos. No entanto, essa liberdade durava pouco tempo, pois nas famílias ricas as crianças eram enquadradas nos padrões da sociedade adulta e nas famílias pobres, desde cedo envolviam-se com a força de trabalho. Até meados do século XIX a questão da assistência às crianças empobrecidas continuava precária (ALBERTON, 2005, p. 45).

Como reafirma Lopes e Ferreira (2010) E a infância Brasileira, então “continua sofrendo com a bruta violação dos direitos”, as privações para as crianças que estão na linha da vulnerabilidade são desiguais. A entrada no mundo das drogas é cada vez mais prematura, a exploração sexual e o trabalho infantil ganham as grandes metrópoles, crescem cada vez mais o número de crianças marginalizadas e abandonadas nas ruas, os denominados pejorativamente “menores”.

E a infância Brasileira, mais uma vez esquecida pelo Poder Público, fica à mercê do destino de seus pais: longe dos bens de consumo, marginalizada, mal alimentada, muitas vezes fora da escola ou vítima de um ensino de baixa qualidade, sem perspectiva de futuro, sem profissionalização, sem o reconhecimento dos direitos fundamentais (ALBERTON, 2005, p. 50).

O processo de conquista de direitos para a infância inicia-se com os debates nas áreas de direito, medicina, psiquiatria, e pedagogia, a fim de contribuir, como diz Azambuja (2004, p. 39) “para a formação de uma nova mentalidade de

atendimento à criança, abre-se espaços para uma concepção de reeducação, baseada não somente nas concepções religiosas, mas também científicas”.

Em 1919, a primeira manifestação dos direitos infanto-juvenis começa a se expandir, quando foi criado o Comitê de Proteção à Infância, consolidando no Direito Internacional as obrigações coletivas em relação às crianças. Com isso, o reconhecimento da titularidade de proteção dessa população, deixa de ser o Estado o único detentor sobre a matéria.

Em 1921 quando, em vigor uma Lei Federal nº 4.242, que trazia disposições de um Código de Menores, considerando o contexto e as circunstâncias históricas da época, foi de certa forma um avanço significativo e trouxe mudanças.

Entre outras disposições, fixou a imputabilidade penal aos 18 anos de idade, e garantiu-lhes processo penal especial. As penas não eram cumpridas com os adultos, eliminou-se a utilização do critério do discernimento para aplicar a responsabilização pelos atos do menor de 14 anos, passando este a ser considerado, totalmente, incapaz de responder processos judiciais e irresponsáveis pelos atos.

Por isso, violência e crime são díspares porque se os que são colocados à margem matam, são taxados como criminosos e se são mortos, muitos irão afirmar que este ato não foi crime e sim uma atuação de defesa da sociedade. O direito penal enquadra determinadas ações como violência criminalizada e outras não, em um caráter seletivo e estigmatizador de alguns grupos específicos no campo da criminalização. Assim, separa os que serão punidos e os que não serão punidos, o que será crime e o que não será, ou seja, não há neutralidade nesta prática e muito menos naturalidade (LEMOS, 2012, p. 293).

Cabe uma discussão dos códigos penais contemporâneos, que ainda trazem em suas diretrizes, desfavores no que se refere à criança e ao adolescente. Pois, ao trazerem soluções que são muito cabíveis e justas, algumas vezes, acabam pecando em alguns crimes não julgados intensos.

Como o de abuso sexual contra criança e adolescente, que ainda, no que tange a justiça, acaba por se tornar oriundo de falta de pena, investigação por vezes, e não julgados a favor totalmente da criança, como por exemplo, o depoimento da vítima sem dano, que ainda não foi efetivado em todos os Estados, ficando a mesma frágil de proteção.

No ano de 1923, com o decreto nº 16.272, criou-se o Juizado de Menores, aprovando o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes. No entanto, esta lei não reconhece ainda os direitos das crianças e adolescentes, no que se refere, por exemplo, a proibição do trabalho infanto-juvenil, apenas limita a idade e as horas de trabalho, mas ainda a exploração infantil era vista como algo comum da época.

Com o advento da Revolução Industrial, o trabalho infantil tornou-se comum e vantajoso para o empregador, que pagava menos por esta mão-de-obra, e até mesmo para a própria família do menor, que dependia da renda auferida por ele para sua sobrevivência (LOPES, FERREIRA, 2010, p. 72).

A partir do Código o termo “menor” foi associado à menoridade penal e não à civil (para referirem-se as crianças), e foi conferida também a condição de “menor infrator”, àqueles que cometiam atos infracionais. Devido às discussões referentes à infância no Brasil, com a influência dos higienistas e juristas, foi promulgado o primeiro Código de Menores em 1927.

Em 1927, foi promulgado o primeiro Código de Menores, popularmente conhecido como Código Mello Mattos, que regulava apenas os menores em situação irregular, regulamentando questões como trabalho infantil, abandono em instituições religiosas (antigas “rodas”), tutela, pátrio poder, delinqüência e liberdade vigiada, concedendo plenos poderes ao juiz (LOPES, FERREIRA, 2010, p. 73).

Este código marca o primeiro sistema público social do Brasil de atenção à infância, em situação de vulnerabilidade social¹⁰, este período foi marcado por vários avanços, na área social do país, também conhecido como Código Mello Mattos, que:

[...] assegurou assistência e proteção aos abandonados e delinquentes, estabeleceu regras para disciplinar a situação dos expostos (artigo 14/15), vedou aos delinquentes, menores de quatorze anos, a possibilidade de responder processo penal (artigo 68), estabeleceu a necessidade de os menores autores ou cúmplices de crime ou contravenção penal, portadores de deficiência física ou mental, receber tratamento apropriado (artigo 68, § 1º), limitou em doze anos a idade mínima para o trabalho, proibindo trabalho noturno aos menores de dezoito anos (AZAMBUJA, 2004, p. 40).

¹⁰Conceituando o que caracteriza os sujeitos desta condição de vulnerabilidade social, sendo assim: Ser vulnerável indica uma condição de ausência, carência de algo que pode ser material ou simbólico, que é físico ou psicossomático. [...] como condição de desapropriação de determinados bens que momentaneamente ou perpetuamente incidam sobre a qualidade de vida dos indivíduos (SILVA, 2010, p.1).

A carta constitucional Brasileira de 1934, período este do primeiro mandato do Presidente Getúlio Vargas, foi a primeira a referir-se à criança e ao adolescente como possuidores de direitos e proteção. Acarretou na proibição de alguns tipos de trabalho aos menores de 14 anos de idade, o trabalho noturno aos menores de 16 anos de idade e o trabalho insalubre aos menores de 18 anos de idade.

Nesta perspectiva, a Constituição de 1937, período ditatorial civil, trouxe determinações, para que fossem garantidas condições mínimas para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Ratificou as proibições relacionadas ao trabalho infanto-juvenil, à garantia ao ensino público e gratuito era dever do Estado e dos Municípios.

No período autoritário do Estado Novo, precisamente em 1942, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que funcionava como um sistema de reformatório. O SAM era ligado ao então Ministério da Justiça e do Interior, e objetivava proporcionar a assistência social aos menores carentes e infratores da lei penal (LOPES, FERREIRA, 2010, p. 74).

Ainda durante o período da ditadura, em 1924, foi criado o SAM – Serviço de Assistência ao Menor – Órgão do ministério da justiça que funcionava como um equivalente ao sistema Penitenciário aos menores de idade. Refletindo o espírito totalitário que caracteriza um regime de exceção, a orientação do programa era correcional-repressiva. Compunha-se de internatos (reformatórios e casas de correção) para adolescentes autores de infração penal e patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para os menores carentes e abandonados. A disciplina era rígida, tanto em um como em outro (ALBERTON, 2005, p. 48).

No que se refere ao SAM (Serviço de Assistência ao Menor), destaca-se que durante as duas décadas de seu funcionamento, o mesmo se tornou conhecido como “escola do crime” devido às péssimas condições em que atuava (LOPES; FERREIRA , 2010).

Durante a ditadura militar no Brasil, foi promulgada a Constituição Federal de 1967 e duas legislações acerca da criança e do adolescente, quais sejam: a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem – (Lei 4.513 de 01/12/64) e o novo Código de Menores de 1979 (Lei 6.697 de 10/10/79). A primeira não alterou o regime dos SAMs e o novo Código constituiu-se em uma revisão do Código de Menores de 1927, todavia, manteve sua linha de repressão (LOPES, 2010, p. 74).

Em 1965 por meio da Lei nº 4.513/64 estabeleceu-se a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a esta instituição cabia formular e implantar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), tendo como órgão executor a Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM). De acordo com o Estatuto da FUNABEM, os principais objetivos da instituição eram:

[...] formular e implantar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor, pelo estudo do problema e o planejamento de soluções; orientar a coordenação e a supervisão das instituições que executam essa política; assegurar a prioridade aos programas visando a integração do menor à comunidade, pela assistência à sua família e colocações em famílias substitutas; promover a criação de instituições para menores com características próximas àquelas que constituam o ambiente familiar, e adaptar a este objetivo as instituições existentes, de forma a que uma colocação de menor somente seja realizada por falta de instituições ou por decisão judiciária; respeitar as necessidades de cada região do País, suas especificidades, encorajando as iniciativas locais, públicas ou privadas (CARVALHO, 2000, p.186).

As FEBEMs objetivavam ser grandes instituições de assistência à infância, mas acabavam por ser grandes internatos de “menores abandonados”, e principalmente de “menores infratores”, retirando do convívio da sociedade, e não dando tratamento adequado a sua idade. O modo de tratamento com as crianças e adolescentes era autoritário e repressivo, geralmente era o de ajustamento social, por meio de mecanismos preventivos, repressivos e punitivos, de maneira cruel.

Diante disso, com base no exposto até aqui, percebe-se que a preocupação das legislações e das políticas destinadas a crianças e adolescentes durante este período consistia em retirar do convívio familiar e comunitário os “menores” considerados “problemas”, e todo o problema social que pudesse dificultar o processo de uma sociedade era colocado às margens das medidas punitivas, como se a ameaça fosse o indivíduo em si e não a estrutura da sociedade, culpabilizando muitas vezes o sujeito que já estava imposto á uma situação de violência.

Desde a chegada dos colonizadores até o início do século XX não se registraram no Brasil ações que possam ser caracterizadas como políticas sociais, tudo o que aqui foi feito em termos de assistência foi obra quase exclusiva da igreja católica, não havendo, portanto, uma ação de Estado para atender as necessidades da população empobrecida (ALBERTON, 2005, p. 47).

Seguindo, esse período foi marcado por muitas ações de cunho assistencialista e várias entidades governamentais foram criadas. Todas vinculadas a ações originadas à Primeira Dama do País, configurando assim a era do “Primeiro Damismo” (ALBERTON, 2005) que até hoje podemos observar em algumas partes do nosso País. Diante discorre que:

Ações assistencialistas não permitem a inclusão da população empobrecida, não se constituem em práticas libertadoras, que promovam a emancipação e do desenvolvimento do ser humano. Pelo contrário, colocam em situação de eterna dependência, de subserviência, em um processo que impede as pessoas de serem sujeitos de sua própria história, de se libertarem de suas condições de miserabilidade e de exclusão social que foram jogadas pela falta de oportunidade e de capacitação profissional, pelo desemprego, doenças, instrução precária (ALBERTON, 2005, p. 49).

Em 1942 cria-se a LBA – Legião Brasileira de Assistência¹¹, que assistia a população carente. Além do SAM, algumas entidades de atenção à criança e ao adolescente ligadas à figura da primeira dama foram criadas, com o intuito de prestar assistências as “crianças de baixa renda”. Alberton (2005, p. 49) as destaca, sendo: a Casa do Pequeno Jornaleiro: programa de apoio a jovens de baixa renda, baseado no trabalho informal e no apoio assistencial e sócio-educativo. Logo, a Casa do Pequeno Lavrador - Programa de assistência e aprendizagem rural para crianças e adolescentes filhos de camponeses e a Casa do Pequeno trabalhador - Programa de capacitação e encaminhamento ao trabalho de crianças e adolescentes urbanos de baixa renda. Casa das Meninas- Programa de apoio assistencial e sócio-educativo a adolescentes do sexo feminino com problemas de conduta. Estes programas visavam o campo do trabalho, sendo todos eles atravessados pela prática assistencialista.

De fato as quedas políticas afetaram muito a área social, e foi somente em 1956, com a posse do Presidente Juscelino Kubitschek que a política se estabelece, e o Brasil tem um grande crescimento econômico, em contrapartida, a dívida externa cresce, a moeda desvaloriza, a inflação dispara, atingindo patamares elevadíssimos, Alberton (2005, p.49) “As desigualdades aumentam, e o povo experimenta um empobrecimento galopante. Com isso as crianças e adolescentes ficam, cada vez mais, vulneráveis”.

¹¹LBA – Legião Brasileira de Assistência – agência nacional de assistência social criada por Dona Darcy Vargas, primeiramente era voltada ao atendimento de crianças órfãs das guerras, logo crianças abandonadas em situação de rua e em estado de vulnerabilidade social.

Em 1959, durante a Assembléia Geral das Nações Unidas, foi aprovada a Declaração dos Direitos da Criança, dando início ao debate sobre a reformulação da legislação referente às crianças e aos adolescentes. Foi a partir desta que se deu a intenção da inovação da lei. Substituiu-se, posteriormente a Doutrina da Situação Irregular pela Doutrina da Proteção Integral, com a intenção de reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direitos.

Em 1967 no governo de Artur da Costa e Silva, o projeto de Lei nº 1.000 foi retomado e aprovado. Neste ano, devido ao processo ditatorial que o Brasil passava, há um retrocesso, com a aprovação da Lei federal nº 5.258/67, que traz de volta a Teoria do Discernimento aos menores de 14 anos que praticassem delitos de infração da lei.

A partir da Constituição Federal de 1967, demais leis foram sancionadas, como o do ensino obrigatório e gratuito para crianças na faixa etária de sete e quatorze anos de idade, e a proibição do trabalho infantil somente abaixo dos 12 anos de idade, bem como a Teoria do Discernimento foi afastada.

Em 1968 o Brasil foi marcado por grandes movimentos sociais de protesto e oposição a ditadura, movimentos estudantis, operários. Com isso, o atual presidente da época Costa e Silva decretou o mais nefasto dos atos constitucionais, o AI – 5, consagrando efetivamente por 11 anos o regime ditatorial.

Cabe evidenciar que, nas décadas de 1960 e 1970, em consequência ao incremento da industrialização, que necessitava cada vez mais de mão-de-obra, e de falta de investimento na agricultura. O Brasil tornou-se um País nitidamente urbano, acelerando um êxodo rural (ALBERTON, 2005).

Os pequenos agricultores procuravam as fábricas na cidade, para prover o seu sustento e de suas famílias. No entanto, por não apresentarem qualificação profissional necessária, eram desvalorizados e mal remunerados, ficando assim a mercê da pobreza que afetava praticamente toda a classe trabalhadora da época. Alberton (2005, p. 50) “o empobrecimento da família e sua marginalização social eram consequência lógica deste desastroso processo de abandono do campo”.

Ao deixar a vida do campo, em busca de melhores condições de vida na cidade, os trabalhadores acabavam por se desiludir com a conjuntura, mas mesmo assim, tendo de trabalhar pra manterem-se, eram forçados a trabalhar nas condições precárias que lhes era ofertada.

Depois de quase 10 anos de vigência do Segundo código de menores, com a carta constitucional em 1988, que introduziu no ordenamento jurídico o compromisso firmado neste tratado, “instituiu os princípios da prevalência absoluta dos interesses dos “menores”, da proteção integral, da cooperação, da brevidade, da excepcionalidade e da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (LOPES; FERREIRA 2010, p. 73), introduziu assim o novo direito da criança e adolescente no art. 227 da Constituição Federal, que dispõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Posteriormente, a Convenção sobre os Direitos da Criança e inseriu no ordenamento jurídico o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Lei 8.069/90 de 13 de Julho de 1990 que veio promover a efetividade de tais princípios para a plena garantia do desenvolvimento e proteção das crianças e adolescentes, que passou a vigorar a partir de 14 de outubro de 1990. O ECA foi a primeira lei no mundo aprovada de acordo com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que dispõe sobre a proteção integral destes. Assim essa doutrina de Proteção Integral, adotada pela Constituição Federal emerge para orientar e legitimar o ECA, bem como estabelecer um novo paradigma e uma nova ótica a respeito da criança e do adolescente, seus direitos. Focaliza-se a responsabilidade da família, da sociedade civil e do poder público.

O ECA também regulamentou os artigos 227 e 228 da Constituição de 1988, que em seu teor transformou a antiga situação das crianças em “situação irregular”, para construir um sistema de “proteção integral”, onde, de fato, as crianças passassem a ser sujeitos de direitos e não vítimas dos deslindes do Estado sobre suas vidas.

No Art. 227 da CF, diz-se que: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem...”, abrange não somente a família como base de cuidado e proteção, mas amplia essa responsabilidade ao estado por meio de políticas públicas e a sociedade em geral.

Em seu Art. 228 onde expõe que crianças e adolescentes: “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”, diante deste contexto, a Constituição restabeleceu a formulação de políticas de atendimento relacionadas à criança e ao adolescente.

Esta concepção implicou mudanças nos métodos de intervenção, que não poderiam ser mais punitivos e coercitivos, e sim medidas de socialização e intervenção, respeitando às fases de desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Cumprir observar que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre todos os direitos já abrangidos para a sociedade. Leva-se em consideração a condição específica das crianças e adolescentes. Atendendo às mudanças sociais, adveio a Lei 12.010/09 com o intuito de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Lei 12.010/09 determinou importantes inovações no texto do ECA, visando ao aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito. Esta nova legislação preocupou-se em suavizar todos os termos pejorativos usados para se referir às crianças e adolescentes como o termo: “menores”, excluindo também expressões descabidas, como “delinquente” aquele que cometia algum ato ilícito (LOPES; FERREIRA, 2010).

Também é importante ressaltar a *questão da* maioridade civil e penal, que hoje se dá aos 18 (dezoito) anos completos, a Lei 12.010/09 procurou adequar todos os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente neste sentido, uma vez que seu público alvo abrange as crianças (pessoas com até 12 anos incompletos) e adolescentes (pessoas com 12 a 18 anos incompletos).

Atualmente, esse assunto gera grande discussão no que tange a maioridade penal (redução desta maioridade para 16 anos), que não ainda foi aprovado, fato este que dispõe sobre leis que punem os adolescentes como se fossem adultos, retrocedendo a história de luta desses direitos. Diante disso Soares (2010, p. 109) discorre que: “O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao contrário do que erroneamente se ouve, não exime o adolescente de suas responsabilidades. Há neste contexto, uma grande confusão entre inimputabilidade penal e impunidade”.

A substituição da expressão “pátrio poder” por “poder familiar”. Com o advento da isonomia de direitos e deveres entre o homem e a mulher, instituída pelo artigo 5º, I e artigo 226, § 5º da Constituição Federal, o até então denominado “pátrio

poder” foi assegurado a ambos os genitores, sem distinção. Assim, a transformação, no conteúdo do poder familiar foi coroada pelo ECA que lhe promoveu um caráter de proteção, com mais deveres e obrigações do que direitos em relação aos filhos.

Os três diplomas legais: a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção Sobre os Direitos da Criança compuseram um valioso instrumental jurídico para a efetivação dos direitos de proteção da criança e do adolescente. Diante do exposto, evidencia-se, que o período de 1919 a 1990, compõe uma série de variações, que agregaram para que os direitos das crianças e dos adolescentes fossem efetivados. Diante disso, as reformas nas leis no que se refere aos direitos e ao tratamento a estes sujeitos, pode-se dizer que foram grandes e importantes avanços.

Todavia, ainda há muito a ser realizado e legitimado, pois além de seus direitos, é necessário que haja políticas públicas reais e efetivas, com condições favoráveis para que se cumpra a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Diante do exposto, no capítulo a seguir abordar-se-á a violência, no contexto histórico, a fim de compreender a trajetória dos direitos sociais da criança e do adolescente e o processo reflexivo sobre os aspectos constitutivos da tradição cultural da violência na sociedade brasileira, as definições e os tipos de violência e por fim, a violência como objeto de intervenção do Serviço Social.

3 A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO HISTÓRICO SOCIAL

Observa-se certa banalização ao se falar de violência na sociedade em que vivemos. A população, em geral, influenciada pela mídia, cultura e outros aparelhos ideológicos acaba sendo facilmente impactada.

São contraditórias as formulações do termo violência, visto que é um assunto amplo, por vezes difícil de abordar, mas, todavia por estar presente no mundo contemporâneo, principalmente dentro das escolas e das famílias. É necessário e de suma importância falar desse assunto, e discuti-lo com propriedade.

Não há um só dia, que os noticiários de televisão, rádios e jornais deixem de apresentar os chamados “casos de violência”. Em geral, o tratamento do assunto é limitado ao “crime”, banaliza-se a mesma, como se somente houvesse violência quando houvesse “crime”.

O certo é que o próprio tratamento dado ao tema da violência faz crer que ela existe na sociedade através da ação dos personagens que a polícia e os meios de comunicação chamam de “bandidos” e “criminosos”, são “os que roubam”, “os que matam”, “os que fazem uso de drogas”, etc.

No que diz respeito à violência, hoje temos um complicador: nossa insensibilidade aos acontecimentos que ultrapassam a esfera do privado ou do interesse individual. Em outros termos, muitos de nós se acham tão mergulhados em seu cotidiano e tentando solucionar problemas privados, que acabamos por aceitar como normal um policial atirar em um suspeito pelas costas, massacres de trabalhadores rurais, de presos em estado de rebelião ou de menores em praça pública (COSTA; PIMENTA, 2006, p. 5).

Trata-se, no entanto, que a maioria das informações acerca do tema violência são transmitidas de maneira errônea para a população em geral, visto que são superficiais e imediatas. A população por sua vez forma uma opinião sobre o assunto que termina por circunscrever a violência ao âmbito unicamente do que é criminoso e imoral. Deixa-se de enxergar todas as demais violências cometidas contra ela, cotidianamente, ou praticadas por ela própria.

A população paralisada diante da ideia construída sobre a violência, cobra das autoridades medidas imediatas de combate à essa “violência”, sempre com a opinião fixa de que o assunto é “caso de polícia”, sem se perguntar das razões, causas, fatores que produzem os muitos “fatos violentos” do nosso cotidiano.

Por sua vez, as autoridades respondem às cobranças com medidas frágeis, de pensamentos imediatos e insuficientes, pensando ser soluções de todos os problemas, ao contrário, determinadas formas de enfrentamento da violência, apenas culpam de forma grotesca ainda mais os agressores, visto que por sua vez o agressor em determinada causa, podem, também, estar sendo vítima de determinado tipo de violência.

O discurso sobre a violência se reduz a uma única concepção, faz crer a todos que violência se pensa no singular, quando se sabe que ela se inscreve na realidade do mundo social dos indivíduos e em todo o contexto que está inserido. Para compreendê-la exige-se reflexão crítica e entendimento de toda a historicidade que fez com que a violência se disseminasse no modo de vida dos sujeitos. É necessário pensar em violência, em um contexto geral e não individual muito menos, característico e peculiar de um determinado indivíduo ou classe social.

Diante disso, entende-se como violência a “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2004, p. 17). Ainda, Adorno discorre sobre violência sendo: “uma forma de relação social; está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência” (ADORNO apud GUERRA, 2007, p. 31).

Para tanto, o presente capítulo tem por objetivo trazer os aspectos constitutivos da tradição cultural da violência na sociedade, diante da evolução do sentimento da infância, que sofreu modificações no decorrer da história, e por muito tempo foi um processo desigual e imoral no tratamento às crianças e aos adolescentes,

Pretende-se, também definir e abordar os tipos de violência. Dando ênfase à violência em ambiente do cotidiano das crianças e adolescentes, dentro de um espaço de convivência, tema este proposto a ser discutido no trabalho final de graduação, enfatiza-se, neste sentido, a violência estrutural e violência intrafamiliar, por fim evidenciar a violência como objeto de intervenção do Serviço Social.

3.1 Aspectos constitutivos da tradição cultural da violência na sociedade brasileira a partir da evolução do sentimento da infância e a promulgação do ECA

A questão da Violência contra a criança e adolescente tem suas raízes na forma como a nossa sociedade percebe a criança e o que se entende por o “período da infância”. Para compreender é necessário resgatar um pouco da história social da criança, o que pode se observar no capítulo anterior.

No mundo moderno percebe-se que há uma distinção entre a vida da criança e a vida do adulto, mas nem sempre foi assim, pois a criança não existia como ser pensante individual até o final do século XV e durante o século XVI. Como nos relata Philippe Ariès (2012), autor francês, em seu livro História Social da Criança e da Família, que faz uma análise da história da criança, nos permitindo conhecer as concepções da infância, nas diferentes épocas até os dias atuais.

Picanço (2005, p. 4) discute uma abordagem cultural e conceitual da história da violência contra criança em seu artigo, que diz que durante a Idade Média não existia um sentimento de infância, assim como não existia o sentimento de família. A criança era vista como um “adulto miniaturizado” participava da vida adulta, compartilhava de jogos, conversas, modo de se vestir, enfim de todas as atividades diárias como um adulto comum.

Ainda, Picanço (2005, p. 4) relata que a descoberta da infância teve início, bem sutilmente no século XIII e sua evolução pode ser percebida na história da arte nos séculos XV e XVI, mas foi a partir do século XVI e durante o XVII que o seu desenvolvimento passou a ser mais significativo.

Segundo Picanço (2005, p. 4) a duração da infância era reduzida ao seu período mais frágil, enquanto não conseguia virar-se sozinha era tratada como um ser necessitado de cuidados, mas a partir do momento em que a criança adquiria alguma desenvoltura, era logo misturada aos adultos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em jovem, sem passar pelas etapas da infância e da juventude, que se tornaram essenciais na sociedade moderna.

Com relação aos filhos, a construção histórica da família se deu num primeiro momento, com a criança sendo conservada na casa ao lado dos pais até 7/8 anos, quando passava a morar em casas mais abastadas, fazendo serviços domésticos, mas também aprendendo boas maneiras com famílias mais educadas. Isto ocorreu até o século XV, por volta de 1450. A profissão era aprendida na prática, na casa para onde a criança

se mudava. As crianças eram consideradas adultos pequenos, e conviviam apenas com adultos. As relações na família eram mais morais e sociais do que sentimentais (COSTA; PENSO, 2005, p. 8).

E se tratando de violência contra criança e adolescente, pode-se dizer que ela sempre esteve presente na história, contudo somente após a década de 90, após a implantação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, que estes se tornam sujeitos possuidores de direitos. A violência passa a ser repudiada pela família, sociedade civil e poder público, e se tornar motivo de preocupação com a população que é vítima.

Ainda, após a efetivação do ECA, no que tange a violação dos direitos da criança e do adolescente, vale ressaltar que mesmo, depois de duas décadas, ainda enfrentamos desafios espantosos, há exemplo das diversas formas de violência em que crianças e adolescentes são submetidas todos os dias em nosso País. Tornando crianças vítimas de violência, e impondo-as prematuramente a situações que diferem totalmente do sentido de infância e adolescência.

É esse justamente o espírito da Lei 8.069/90: reconhecê-los como sujeito de direitos, como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e que possuem, portanto, prioridade absoluta no atendimento aos seus interesses e necessidades. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como foi denominada essa lei, iria inovar na forma de conceber e garantir a proteção à infância e à juventude brasileiras: a partir de então, colocar a criança e o adolescente a salvo de qualquer forma de violência física, sexual ou psicológica seria invariavelmente uma responsabilidade comum e direta da família, da sociedade e do Estado (CAVALCANTE, 1998, p. 18).

O Artigo 5º do ECA diz que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Assis ([sd], p. 02) diz que “Em primeiro lugar é necessário desmistificar e desnaturalizar o conceito de violência”, e ainda diz que a violência “nas suas mais diversas manifestações, se configura como uma das expressões da desigualdade social, mais perceptível em nossa sociedade”, tornando-se objeto de estudo e intervenção dos profissionais assistentes sociais.

Nilo Odalia (2004) contribui relacionando o conceito de violência com situações de privação, destituição. Desse modo, toda a vez em que nos “sentirmos privados de algo”, referente às próprias condições de vida, devido ao capital, estamos sendo vítimas da violência.

Com efeito, privar significa tirar, destituir despojar, desapossar alguém de alguma coisa. Todo ato de violência é exatamente isso. Ele nos despoja de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoas e como cidadãos [...]. A ideia de privação parece-me, portanto, permitir descobrir a violência onde ela estiver por mais camuflada que esteja sob montanhas de preconceitos, de costumes ou tradições, de leis e legalismos (ODALIA, 2004, p. 86).

A violência em suas diferentes faces (que pode ser estrutural, social, política, psicológica, sexual, física...) presente no cotidiano, está presente nas diferentes classes sociais, de diferentes etnias, idades, cor, orientação sexual, composições familiares, etc. Odalia (2004) acrescenta que "vivemos a democracia da violência", pois, esta se faz presente, nos mais diversos espaços sociais. A violência precisa ser entendida como um produto social e histórico (totalidade), produzida socialmente nas relações humanas.

Com base no exposto, percebemos que a violência possui inúmeros fatores desencadeantes, e as raízes dos problemas relacionados com esses atos precisam ser compreendidas em sua totalidade. Assim sendo, necessita-se analisar as distintas manifestações violentas para poder intervir.

No próximo subitem, enfatizar-se-á duas categorias: a violência estrutural e a violência intrafamiliar, bem como abordar-se-á os tipos de violência interpessoal, divididas em violência física, psicológica, sexual e negligência.

3.1.1 A violência estrutural

A vitimação é caracterizada pelo não acesso ao direito que é garantido pelas legislações. O processo de vitimação pode resultar como, por exemplo, no trabalho infantil, em crianças que vivem em situação de rua, que tem problemas com a evasão escolar, a dependência química, a exploração sexual, e violência estrutural.

Azevedo e Guerra (2007) ao problematizarem a violência contra crianças e adolescentes distinguem dois processos de fabricação de crianças vítimas “o

processo de vitimação cuja resultante são as que denominamos “crianças de alto risco”, e o processo de vitimização, cuja resultante são as que denominamos “crianças em estado de sítio” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 26).

A violência estrutural se refere à própria forma de organização socioeconômica e política de uma determinada sociedade, onde devido às relações de contradições entre capital versus trabalho se produz a exclusão social, que contribui assim para o surgimento das “situações de risco” e conseqüentemente o aumento da vulnerabilidade social dos sujeitos, tornando-os, muitas vezes, vítimas de outras formas de violência.

Azevedo e Guerra (2007, p. 26) discorrem sobre crianças de alto risco que “são as crianças-vítimas da violência estrutural, característica de sociedades como a nossa marcada pela dominação de classes e por profundas desigualdades na distribuição da riqueza social”.

A violação desses direitos faz-se através do processo de violência estrutural característico de nosso sistema sócio-econômico e político e que se exerce principalmente sobre as classes subalternas, sobre os deserdados do sistema (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 26).

Compreender as diversas formas de violência, seja por ação ou omissão, requer compreender a violência estrutural amplamente, pois esta permite distinguir como as relações sociais são produzidas e reproduzidas na sociedade. O processo de vitimação de crianças e adolescentes que decorre da violência estrutural é denominado crianças de alto risco.

A denominação alto-risco refere-se ao fato de que essas crianças têm uma alta probabilidade de sofrer, cotidiana e permanentemente, a violação de seus direitos humanos mais elementares: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à segurança, ao lazer etc (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 26).

A violência se desenvolve de diversas formas no nosso dia-a-dia, e é permeada de muitas situações e fatores que contribuem para sua existência. Observa-se que ela não ocorre exclusivamente em famílias carentes e/ou com seus vínculos fragilizados, ela está presente em todas as classes sociais e é um processo complexo que envolve diversas dimensões.

Porém, o que podemos perceber é que, devido à fragilidade de situações de vulnerabilidade na qual as famílias mais desprovidas de recursos se encontram, as situações de violência acabam sendo mais expostas e identificadas, e se manifestam na desigualdade, na exploração, nas relações de poder, na precariedade e condições oriundas do capitalismo. Articula-se com as formas particulares e modos de vida daqueles que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência.

Saffioti (2007, p.14) diz que o “processo de vitimação, ou de vitimização tem suas raízes em uma ordem social iníqua, na qual as relações sociais são permeadas pelo poder”, sendo que este poder transpassar todas as relações sociais, revelando a desigualdade social e a vulnerabilidade social¹².

A vulnerabilidade social pode ser um fator determinante para o desencadeamento da violência Intrafamiliar de crianças e adolescentes, porque estão sujeitas a consequências trazidas pelas desigualdades sociais e de classes geradas pelo mundo capitalista, o que contribui para a precarização e deterioração de suas relações afetivas e parentais.

A sociedade capitalista se produz de forma desigual ao estruturar-se na divisão entre apropriados e expropriados. Os primeiros detêm os meios de produzir a riqueza, e os segundos, a força de trabalho usada no processo de produção. A desigualdade se estende à posse dos meios de vida e ao acesso aos bens e serviços disponíveis, formando-se uma rede de lugares diferenciados socialmente (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 28).

No contexto social, baseado nos princípios do capital que determina padrões de consumo, no qual produz desigualdades sociais, trata a população como “produto”, cria-se perfis de consumo que não condizem com a realidade dos sujeitos sociais. Nesse sentido, podemos perceber que muitas vezes, sob influência desse “padrão de consumo” que determina as relações capitalistas, pais não possuem condições de proporcionar aos filhos um padrão condizente com o padrão da maioria dos colegas de escola, como por exemplo. Fato este que têm contribuído para o processo de exclusão e vulnerabilidade social, que tende a contribuir para que esses sujeitos estejam vulneráveis a se tornar vítimas desta contradição.

¹² Segundo a PNAS a situação de vulnerabilidade social é decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

A violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura). Claro que isso não significa ressaltar uma dominação mecânica entre a economia e a superestrutura ideológica (a política, a cultura, entre outras). Significa, sim, que para viver os homens necessitam, em primeiro lugar, satisfazer suas necessidades básicas (comer, beber, vestir, etc...). Junto disto é preciso frisar que a “questão social”, espaço privilegiado de intervenção profissional do assistente social, possui uma historicidade marcada por um determinado modelo societário que busca a máxima mercantilização das relações humanas (SILVA, [s.d., s.p.]).

Outro fator determinante que contribui para violência estrutural são os indivíduos que ao longo de sua vida foram marcados pelas mais variadas formas de exclusão e de ausência de alguns serviços básicos, que são essenciais para a sua reprodução social. Devido a sua condição de vida, pouca qualificação profissional e uma educação formal insuficiente, sendo impedidos de ter uma melhor qualidade de vida, pois, a sua própria condição social torna-se uma barreira concreta de mudança.

[...] Sob esta óptica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamentos vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir, por conseguinte, da referência às estruturas sociais; igualmente não pode prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social. Ao mesmo tempo em que ela expressa relações entre classes sociais, expressa também relações interpessoais [...] (ADORNO apud GUERRA, 2007, p. 31).

Em resumo, podemos dizer que a violência esteve e está presente, em nosso meio. Qualquer que seja a época histórica considerada, e embora tenha determinadas continuidades, a violência contemporânea tem peculiaridades de cunho mais estrutural, que é uma das formas mais agressivas, pois pode ser a base na qual se assentam muitas outras violências, provocando níveis elevados de desigualdade social.

Outro fator que pode ser determinante para análise da prática de violência é a que ocorre na família ou no espaço familiar de crianças e adolescentes. Sendo a criança um ser ainda em formação, não podendo estar preparada para discernir do certo ou errado, num momento em que sua personalidade, ainda não está totalmente formada e sem as defesas psíquicas necessárias ao convívio social.

Diferente de um adulto torna-se mais vulnerável a sofrer violência. Diante disso, o próximo item abordará a violência em âmbito familiar, para melhor entendimento e clareza das discussões realizadas até o momento.

3.1.2 Violência Intrafamiliar

A violência, seja ela qual for, faz parte do cotidiano e está presente em todas as classes sociais. Ela permanece e se desenvolve inclusive no contexto familiar. Neste núcleo não se trata de uma questão nova, ela atravessa os tempos e se constitui em uma relação historicamente construída a partir das relações de poder, gênero, etnia e de classe social.

Como se pode observar no primeiro capítulo, a violência atravessa a história desde a criação da família, seus modelos, seus impasses até a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes já apontados.

Entende-se por violência Intrafamiliar:

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p. 17).

Saffioti (2007, p. 17) “Ao adulto cabe ensinar à criança em que condições e medida seus instintos podem ser expressos”. A família por sua vez tem papel fundamental na criação e amadurecimento da criança, e este processo deve ser uma passagem saudável, segura e a família dever ser vista como base fundamental de carinho, amor e proteção.

Entender a violência intrafamiliar implica ter uma compreensão histórico-psicossocial do indivíduo e da família. Em outras palavras, como ocorrem as interações pai/mãe/filhos (as) e a forma de relacionamento interpessoal familiar. Implica também perceber que a violência não é um fenômeno natural, como querem alguns, mas, ao contrário, construída e transmitida às novas gerações (SILVA, 2002, p. 75).

Como foi possível observar no capítulo I, especificamente no item 1.3 a criança por estar em condição de formação de sua personalidade, foi por muito

tempo considerado um sujeito não possuidor de direitos, nem cuidados e proteção. Até o século XVIII todas as formas de violência contra crianças e adolescentes eram permitidas.

As crianças eram submetidas em formas de castigos e punições sob violência física, cometida com a utilização de materiais como: chicotes, pedaços de madeira, ferros, etc., tinham como intenção educar, e os pais que assim fizessem estavam praticando uma espécie de cuidado para que as crianças não se expusessem as más influências.

Contudo, nos dias atuais ainda acompanhamos casos onde crianças são espancadas cruelmente, chegando a se tornar vítimas fatais, e o pior dos próprios familiares.

A violência sobre crianças e adolescentes acompanha a trajetória humana desde os mais antigos registros. Inumeráveis são as formas pelas quais se expressa, adaptando-se às especificidades culturais e às possibilidades de cada momento histórico. Os diversos tipos de violência costumam se expressar associadamente, conformando uma rede onde se interligam as várias violências oriundas do sistema social com aquelas praticadas no nível das relações interpessoais. Ademais, as vítimas podem se tornar agressoras, evidenciando a complexa e infundável trama existente (ASSIS, 1994, p. 02).

Desse modo, a família que apresenta padrões de comportamentos abusivos nos relacionamentos interpessoais, em ambiente familiar, torna-se uma espécie de reprodutor da violência para com as crianças. Neste sentido os aspectos culturais trazem a ideia de que as crianças devem “obediência” rigorosa, e para isto os pais e/ou responsáveis devem usar do que for preciso, inclusive a violência.

Segundo Guerra (2008, p.95) “a autoridade do adulto sobre a criança é pensada como natural e não como social”, por isso permanece o pensamento de que os adultos são autoridades máximas que as crianças devem prestar submissão. E que elas concordando ou não com o que é imposto, devem aceitar o que os pais/responsáveis determinam, e isso não lhes dá o direito de opinar sobre as situações impostas e seus desejos.

Esta cultura milenar favorece o poder ao adulto sobre a criança e o adolescente, transformando-se em coisas destituídas de necessidades, desejos e direitos essenciais e tornando-os depositários dos desejos, expectativas e paixões dos adultos (MATTOS, 2002, p 126).

Neste contexto, situamos a problemática sobre o fato de que os pais podem ter autoridade com os filhos, para que haja uma educação e criação natural, o que não pode acontecer é que isso extrapole o denominado comum. A obediência não deve ser limitada apenas fazer com que a criança ou adolescente seja um mero expectador das vontades dos pais. Não se pode esquecer de que os filhos possuem direitos que devem ser assegurados e garantidos. E as práticas violentas sendo ela física ou psicológica ferem o bem estar, a vida destes seres que estão em pleno desenvolvimento físico e psicológico.

A repetição de atos punitivos pelo agressor, infligidos a um determinado agredido, pode também, com o passar do tempo, tornar esse último um futuro e potencial agressor, com tendência ao repasse e multiplicação do fruto do seu aprendizado: a violência. Isso nada mais é do que a resultante de um “ciclo patológico e violento”, no qual crianças assumem a posição de vítimas temporárias enquanto filhos, para agressores disseminados nas condições de pais e/ou cuidadores (PERUHYPE, 2011, p. 02).

Os maus tratos cometidos pelos responsáveis, muitas vezes ,são justificados como mecanismos de punições aos extremos que os filhos cometem, sendo um castigo movido a uma “surra”, alguns “tapas” ou até mesmo “espancamento”, o que é relacionado ao sinônimo de estar “ensinando” a não cometer tais atos novamente.

Como já observamos, no primeiro capítulo, esta severa forma de “educar” vem desde os primórdios, e em muitos casos é extremamente aceitável no seio familiar. Em algumas situações a violência tende-se a ser uma “forma comum” de aplicar-se um castigo ou uma advertência, visto que muitas vezes torna-se mais fácil “bater para ensinar.

A conceituação de maus tratos é difícil e complexa, principalmente considerando-se que vivemos em uma sociedade onde os castigos são relativamente comuns. Castiga-se a criança para educá-la; castiga-se porque ela não agiu direito (segundo nossos padrões), castiga-se para dominá-la ou para inúmeras outras causas. Muitas vezes, os castigos podem ser até necessários. Torna-se, porém, difícil definir até onde vai o educativo e onde começa o exagero (BUENO, 2007, 107).

Em qualquer segmento social, presenciam-se diferentes formas de violência, entre crianças e adolescentes, e é a partir do convívio extra-familiar, como na escola, na rua, no trabalho, em espaços públicos, nas brincadeiras e amizades que

os seres humanos começam a se relacionar entre si, e efetivarem tudo que lhes foi inculcido de afinidades desde pequeno.

As crianças por sua vez, por não poderem jamais estar sendo incumbidas de culpas, agem muitas vezes a partir de comportamentos refletidos por alguns atos já presenciados ou até mesmo por serem vítimas do uso da violência em casa, com a família ou alguma outra pessoa e/ou lugar.

A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas. A dinâmica e a organização das famílias baseiam-se na distribuição dos afetos, criando, no espaço doméstico, um complexo dinamismo de competições. Essas disputas são orientadas pelas diferenças de poder entre os sexos e, no contexto afetivo, motivadas pela conquista de espaços que garantam o amor, o reconhecimento e a proteção, necessidades básicas da condição humana (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p. 13).

Deve-se se atentar a violência que, muitas vezes, ocorre de forma velada, ou até mesmo se materializa em atos comuns cometidos pelos responsáveis na forma de castigo e ensinamento. Isso não se valida quando se torna um exagero, vindo a acarretar dor, ferimentos e cicatrizes.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar danos físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica, de um lado uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (GUERRA, 2008, p.32-33).

Esta violência pode ser manifestada de várias formas: tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos, amarrar, arrastar, entre outras. Infelizmente, são várias as situações de violência contra crianças e adolescente que chegam até os postos de atendimentos e que as bibliografias e pesquisas nos trazem, são situações agravantes, apavorantes e complexas de acreditar e entender.

Pais, padrastos, parentes responsáveis por crianças e adolescentes têm utilizado diferentes formas de violência física: desde um simples tapa até torturas impensáveis, justificando tais procedimentos como formas de "bem educar" e utilizando-se de falas culturalmente aceitas como: "É de pequeno

que se torce o pepino” ou, ainda, “é para o seu próprio bem” (SILVA, 2002, p. 75).

Além disso, outro fator que também pode contribuir para a ocorrência da violência na família é a cultura dos pais. Onde eles podem reproduzir o tipo de educação que receberam enquanto filhos, a violência sendo entendida como uma forma de educar e corrigir os atos das crianças a violência torna-se um ato comum.

Por isso, a relevância em trabalhar com as crianças este tema, para orientá-las sobre os fatores determinantes e prevenir a sua ocorrência, da mesma forma com sua família, que é a referência de desenvolvimento da criança. Desenvolver uma cultura de paz que repudia todos os tipos de violência presentes em nossa sociedade, e ainda com o que condiz o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) em seu art. 4º preceitua que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990)

Assim como o artigo 227 da Constituição que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90) em seu art. 19 prevê que:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de uma família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, o ECA reconhece a importância do direito da criança e adolescente conviver em um ambiente familiar adequado e saudável que lhe proporcione bem-estar e segurança. Conforme preconiza esse conjunto de normas, estes sujeitos têm direito de ser protegidos, assistidos e amados, livres de qualquer forma de violência.

A família representa o espaço de garantia de proteção e desenvolvimento dos filhos e demais integrantes do seio familiar, independente da forma como se estrutura. É nela que se propicia o afeto, anseios e relações. Diante disso, precisa ser visto como um ambiente que possibilita laços saudáveis para o acréscimo de seus filhos.

As relações estabelecidas em ambiente familiar são muito importantes na formação do caráter educativo e emocional das crianças, são ações praticadas na organização de cada família que fazem a diferença, e quando isso não ocorre adequadamente e não são bem administradas e estabelecidas, podem levar a desequilíbrios, desvios e desajustes gerando sequelas emocionais que complicarão no futuro destes sujeitos.

Não se tem o objetivo, neste trabalho, culpabilizar a família pela violência, mas apenas evidenciar que as práticas violentas sempre estiveram presentes na sociedade, e que se reproduzem também na família. E isso pode refletir-se em outros espaços como: na escola, na rua, nas relações interpessoais.

Reforça-se a justificativa de ter abordado no capítulo 1 a origem da família, onde podemos acompanhar os grandes processos históricos e árduas manifestações que a mesma passou, para poder chegar ao considerável natural, nos dias de hoje, diante disso, no próximo item abordar-se-á um breve histórico das definições e tipos de violência, para melhor entendimento e reflexão da discussão.

3.2 Definições e os tipos de violência

O termo violência contra criança e adolescente corresponde a qualquer ação ou omissão que viole a dignidade e a integridade da criança e do adolescente. Portanto, a ação corresponde a todo ato violento que pode ser: físico, psicológico, vítima de violência estrutural, violência doméstica, violência intrafamiliar, exploração sexual, violência institucional especialmente as praticadas contra adolescentes

autores de ato infracional dentro de instituições de acolhimento destes, violência contra as crianças e adolescentes em situação de rua, a exploração do trabalho infantil, o abandono, a negligência, entre muitas outras.

Existem quatro formas mais comum de violência: a violência física, a violência psicológica, a negligência e a violência sexual:

Violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas. - **Violência psicológica** inclui toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. - **Negligência** é a omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação a outro, sobretudo àqueles que precisam de ajuda por questões de idade ou alguma condição física, permanente ou temporária - **Violência sexual** é toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga outra à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica ou uso de armas ou drogas (CARVALHO, 2010, p. 32).

A violência física é quando ocorre com ou sem a intenção de dor, marcas, ferimentos, cicatrizes, é o ato de violentar, agredir, usando força física sobre outrem que sendo crianças, não têm condições de defesa.

Violência física é considerada como um ato executado com intenção, ou intenção percebida, de causar dano físico a outra pessoa. O dano físico pode ir desde a imposição de uma leve dor, passando por um tapa até o assassinato. A motivação para este ato pode ir desde uma preocupação com a segurança da criança (quando ela é espancada por ter ido para rua) até uma hostilidade tão intensa que a morte da criança é desejada (GELLES, 1979 apud GUERRA, 2008, p. 35).

A violência psicológica, particularmente, a menos discutida, porém, a mais agravante, pois ela pode causar seqüelas psicológicas para os sujeitos inamissíveis, vindo este a se tornar um reproduzidor da forma que em houver sido tratado.

A violência psicológica também designada como tortura psicológica ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, representando formas de sofrimento psicológico (GUERRA, 2008, p. 33).

Ainda Faleiros (2007) a violência psicológica é exercida pelas atitudes autoritárias, agressões verbais, chantagens, regras excessivas, ameaças e humilhações. Por não deixar marcas visíveis e palpáveis no corpo, há dificuldades

de identificá-la, sendo “imperceptível aos olhos”, porém deixa marcas profundas que comprometem a vida das crianças e adolescentes, pois causam dor e sofrimento, interferindo nos relacionamentos e na demonstração das emoções, causando marcas para o resto da vida das vítimas.

A negligência é cometida pelos pais, responsáveis ou por aqueles que estejam na função de cuidadores, e consiste no ato de se omitir a proteção e o cuidado que a criança ou adolescente têm por direito. É toda e qualquer situação que é colocada em risco a vida dos sujeitos.

A negligência representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, etc., e quando tal falha não é resultado das condições de vida além de seu controle (GUERRA, 2008, p. 33).

A violência sexual é todo e qualquer ato em que a criança ou adolescente é posto como objeto de satisfação sexual, consumado ou não. O que difere da exploração sexual, que é quando ocorre essa violência, entretanto, tem o sentido de troca, de mercadoria, que é quando existe uma relação de pagamento de valores e/ou bens referente aos préstimos da criança ou adolescente.

A violência sexual se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-lo para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (GUERRA, 2008, p. 33).

A violência sexual ainda se expressa pelo abuso sexual, exploração comercial, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas.

Este tipo de violência caracteriza-se como uma violação dos direitos humanos universais e dos direitos peculiares a pessoa em desenvolvimento: direito a integridade física e psicológica, ao respeito, a dignidade ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadio a proteção integral (FALEIROS, 2007, p.36).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2009) no documento de referências técnicas para atuação em políticas públicas, afirma que:

[...] as sequelas deixadas pela violência podem ser evidentes ou imperceptíveis, mais ou menos graves, mas sempre presentes. O grau de severidade dos efeitos da violência varia de acordo com: tipo de violência, idade da criança, duração da situação, grau de violência, diferença de idade entre a pessoa que cometeu a violência e a vítima, importância da relação entre a vítima e o autor da agressão e a ausência de figuras parentais protetoras e de apoio social (nesses casos, o dano psicológico é agravado) e o grau de segredo e de ameaças contra a criança (CFP, 2009, p. 40).

As definições da palavra violência se restringem ao ato de cometer algo ou presenciar alguma ação violenta, com ou sem o uso de força. Neste sentido, considera-se como violência, atos e ações que gerem ou não dor, que gerem ou não marcas ou cicatrizes aparentes, bem como as formas discretas e não muito severas, mas causadoras de malefícios ainda mais duros, na vida, daqueles que são vítimas dela.

A violência não é um estigma da sociedade contemporânea. Ela acompanha o homem desde tempos imemoriais, mas, a cada tempo, ela se manifesta de formas e em circunstâncias diferentes. Não há quem não identifique uma ação ou situação violenta, porém conceituar violência é muito difícil visto que a ação geradora ou sentimento relativo à violência pode ter significados múltiplos e diferentes dependentes da cultura, momento e condições nas quais elas ocorrem (LEVISKY, 2010, p. 7).

Sabe-se que a violência está presente na sociedade, nas relações sociais e familiares. E ainda cabe evidenciar a mídia que transmite muitas cenas de violência, nos noticiários, nos filmes, nas novelas e também nos desenhos animados. Em relação à televisão Odália (2004, p.58) destaca que “a televisão nossa de cada dia está cheia de violências políticas, que interiorizamos passivamente - também é uma violência- como se o que nos mostra nenhuma relação tem conosco [...]”. A mídia por ser vista como algo comum, na cultura brasileira, e se fazer tão presente, no cotidiano da sociedade, acaba por banalizar a violência.

A violência no mundo contemporâneo tem se mostrado como o maior desafio a ser vencido, pois é algo que assusta e traumatiza as pessoas, sendo considerado um “predicativo do jeito humano de ser”. Como refere Odália (2004), a violência deixou de ser um ato circunstancial, para transformar-se em uma forma do modo de ver e de viver do homem. E, ainda afirma que a violência não é um ato isolado e sim social, uma vez que está tão enraizada no cotidiano, que as pessoas convivem diariamente e coletivamente com ela.

Diante disso o próximo item abordará a violência como objeto de intervenção do profissional Assistente Social e como pode ser realizada sua mediação para resolver este conflito.

3.3 A Violência como objeto de intervenção do Serviço Social

Discutir sobre o objeto de intervenção do Serviço Social é sempre um grande desafio, uma vez que a profissão é originada para atender as necessidades dos homens, diante de um contexto histórico e de uma sociedade em constante movimento.

No intuito de dar relevância ao trabalho, buscou-se compreender a violência como uma expressão da questão social, para isso, discutiu-se no capítulo anterior duas categorias: a violência estrutural e a violência intrafamiliar, a seguir será abordada a violência enquanto objeto de intervenção do Serviço Social.

Iamamoto discorre sobre o objeto de trabalho do Serviço Social, onde:

O objeto de trabalho (...) é a questão social. É ela em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2012, p. 62).

E neste cenário que a legitimidade dos Assistentes Sociais se faz presente, enquanto profissional que possui o comprometimento com a classe trabalhadora no seu fazer profissional, busca defender os interesses desta, sempre na intencionalidade de promover melhores condições de vida para os usuários.

O profissional Assistente Social deve-se a ter, tanto a situações macro como micro, pois a primeira influência na construção da segunda, gerando ocorrências mais graves, e vice e versa, sendo assim o olhar deve partir na busca da totalidade dos fatos sociais.

Pelo fato de vivermos em uma sociedade de conflitos, de exploração e dominação a violência caracteriza-se como uma expressão da questão social, uma vez que se expressa na dominação e no abuso de poder de um sobre o outro, gerando a desigualdade social. A desigualdade que existe entre as classes acarreta em um alto nível de pobreza e desemprego, impõe que as famílias fiquem desprotegidas, assim frágeis e vulneráveis, e têm maior probabilidade de recorrer à

utilização da violência para resolverem os conflitos e em algumas vezes, até para se protegerem.

A miséria, o desemprego e as condições de vida precárias, que são expressões da questão social, influenciam no desencadeamento de maus-tratos, na medida em que muitas vezes as famílias sentem-se pressionadas com a precariedade na satisfação das suas necessidades. Aliado a todas as dificuldades ainda existe o estresse do trabalho doméstico, fator que pode propiciar a agressão (ARGENTI; SILVEIRA, 2004, p.12).

O desemprego, a pobreza e a violência são alguns exemplos de expressões da questão social vivenciadas no período de estágio. Com relação ao termo “expressões”, este se refere às situações concretas vividas pelos usuários da instituição e compreendidas na sua totalidade. Contudo, todas estas expressões possuem uma essência (motivo pela qual existe), que na sociedade em que se vive pode ser localizada nos processos de produção e reprodução da desigualdade social da sociedade capitalista.

Mas, o que significa violência estrutural? Trata-se do uso da força, não necessariamente física (ainda que não se abdique dela quando necessário), capaz de impor simultaneamente regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais, normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua natureza. A violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura) (SILVA, [s.d., s.p.]).

A violência enquanto uma expressão da questão social¹³ pode ser decorrente do desemprego, da fome, da exploração do trabalho, dos conflitos existentes nesta sociedade capitalista. A minoria da população obtém alto poder aquisitivo e a maioria vive em condições mínimas de sobrevivência, acarretando na desigualdade social de classes, visto que seja a origem do surgimento da questão social.

Sabemos que, devido à acumulação capitalista, a distribuição da riqueza é desigual, gerando a miserabilidade. A falta de recursos materiais colabora com o

¹³ Referente a Questão Social, Iamamoto diz que “é ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2000 p. 61).

processo de vitimação de milhares de crianças, que são expostas a fome, falta ou precarização de moradia, entre muitas expressões da questão social.

Alguns fatores podem contribuir para ocorrência da violência, um desses fatores é a miséria e as condições mínimas de sobrevivência que podem acarretar em uma situação de fragilização dos vínculos familiares, pois a própria situação não permite que os laços sejam fortalecidos, aumentando assim o distanciamento entre pais e filhos.

Mas, cabe evidenciar que estas condições de vida não serão fatores determinantes da existência ou não da violência. Podem vir a contribuir para sua ocorrência, mas não serão a única e principal causa, já que a pobreza e a miséria não significam o único motivo causador de violência.

Sendo as múltiplas expressões da questão social o objeto sobre o qual se incide o trabalho do profissional, é importante reconhecer que um dos aspectos centrais da questão social, hoje, é a ampliação do desemprego e a ampliação da precarização das relações de trabalho (IAMAMOTO, 2012, p. 115).

O conflito entre capital e trabalho, as transformações societárias e também a globalização interferem direta ou indiretamente na vida da sociedade, por isso, parte-se do pressuposto de que a violência é uma expressão da questão social, quando é uma consequência da exploração do trabalho, do desemprego e da fome.

Esta questão social manifesta-se de diferentes formas em diversos espaços, e ocorrem transformações intensas, e essas metamorfoses atingem os sujeitos. No qual cada um em sua particularidade encontra uma forma de resistir e enfrentar estas manifestações. Ainda lamamoto (2012, p. 28) discorre que “os assistentes sociais trabalham com a questão social, nas suas mais variadas expressões cotidianas”, sendo assim um profissional que necessita sempre de buscar novas mediações para garantir e assegurar os direitos dos usuários, cessando todas as formas de desigualdade expressa na questão social.

A *matéria-prima* do trabalho do assistente social (ou da equipe interprofissional em que se insere) encontra-se no âmbito da *questão social em suas múltiplas manifestações* - saúde da mulher, relações de gênero, pobreza, habitação popular, urbanização de favelas etc. -, *tal como vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações sociais cotidianas, às quais respondem com ações, pensamentos e sentimentos*. Tais questões são abordadas pelo assistente social por meio de inúmeros recortes, que

contribuem para delimitar o "campo" ou objeto do trabalho profissional no âmbito da "questão social" (IAMAMOTO, 2012, p. 100).

O Serviço Social é compreendido como uma profissão que tem uma função social, inserida na divisão social do trabalho, de caráter sócio-político, interventivo e crítico. Nesse contexto contextualiza-se a questão social não somente o enfrentamento diante das desigualdades sociais, mas também frente o processo de resistência das lutas dos movimentos da classe trabalhadora em busca da garantia dos seus direitos e melhores condições de vida (IAMAMOTO, 2012).

No entanto, como discorre Almeida (2009, p. 07) “Pensarmos na questão social, é também tratamos de refletir sobre aspectos da pobreza, favelização, fome, analfabetismo, trabalho escravo, violência, desemprego, trabalho infantil, dentre outros”, que são consideradas expressões da questão social, e ainda não podemos difundir que são provocadas por um modelo econômico totalmente excludente e desigual. Iamamoto (2012, p. 38) afirma que as expressões da questão social, “vêm afetando não só nos direitos sociais, mas no próprio direito a vida”, e a classe trabalhadora é a mais afetada, por isso, a grande importância do Serviço Social frente aos esforços e lutas dos movimentos de classes em busca de impedir que esse quadro se agrave e amplie.

Nesse contexto, a intervenção profissional do Assistente Social orienta-se nos mecanismos de “transformação”, onde os sujeitos consigam viver em um patamar mais igualitário, tendo acesso aos direitos de cidadania, a inserção no mercado de trabalho, a profissionalização, acesso à saúde e qualidade de vida, etc. É compreender a desigualdade como fruto de um sistema capitalista desigual e excludente, os profissionais assistentes sociais podem e devem buscar alternativas voltadas à transformação das estruturas sociais, possibilitando o estabelecimento de bases de igualdade de condições de sobrevivência.

Diferentes fatores podem influenciar a ocorrência de violência, segundo Guerra (2008) “a violência é simultaneamente a negação dos valores considerados universais: a liberdade, igualdade, a vida”. No entanto, o enfrentamento da questão social e suas manifestações diante da ocorrência da violência, tornam-se objeto de trabalho do Assistente Social, por meio de políticas públicas, de projetos sociais, visando a sua prevenção e a proteção do usuário, bem como a garantia e a viabilização da efetivação dos seus direitos.

Frente à violência o Assistente Social tem o dever de pensar e buscar formas interventivas eficazes, intervir junto ao público a promoção de políticas públicas condizentes com a realidade dos sujeitos, contribuindo para a cidadania e a dignidade humana, voltando suas práticas para a justiça social, equidade, a fim de viabilizar oportunidades de acesso as políticas públicas todos os usuários. Os encaminhamentos dados pelos profissionais do Serviço Social devem buscar a formulação e execução de políticas públicas, pois, possibilitam ao sujeito acessar os direitos assegurados na constituição federal.

4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI JUNTO À TURMA SABIÁ

O presente capítulo abordará o processo de estágio em Serviço Social junto à turma Sabiá do Centro de Formação Teresa Verzeri. Para isso aborda-se o espaço sócio-ocupacional, que atualmente é caracterizado como uma instituição não governamental (ONG), de caráter religioso e filantrópico, orienta suas atividades pela política de assistência social e pela política de direito - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O CFTV Abrange diversos bairros do município e atende 160 crianças e adolescentes de 06 a 15 anos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, oferecendo serviços de contra turno escolar com atenção voltada para o desenvolvimento social, cultural e educacional de seus educandos.

Discute-se também neste capítulo os instrumentos técnico-operativos utilizados pelo Assistente Social no exercício profissional, bem como o processo de trabalho dos profissionais do Serviço Social cotidiano. Ainda têm como proposta relatar e analisar como se constituiu o processo de intervenção junto à turma Sabiá, além dos objetivos propostos pelo projeto, evidenciando se estes foram alcançados. Também serão analisados os limites encontrados durante a intervenção, em relação à violência de crianças e adolescentes e as novas possibilidades de intervenção que surgiram. O próximo item abordará o Centro e Formação Tereza Verzeri como espaço sócio-ocupacional.

4.1 Desvendando o espaço sócio ocupacional: o Centro de Formação Teresa Verzeri

O Centro de Formação Teresa Verzeri foi fundado, em São Borja em 1936, pela Madre Maria Antônia Perini. No período que correspondeu aos anos de 1936 a 1986 a instituição denomina-se Lar da Menina Sagrado Coração de Jesus (antigo orfanato) e atendia crianças e adolescentes do sexo feminino desprovidas da convivência familiar em regime de internato.

Em 1987, devido às configurações no modo de organização, o atendimento passou a ser feito ao turno inverso à escola, com ênfase no atendimento para meninas, que constituíam o público alvo da instituição. No entanto, a estrutura de

atendimento sofreu modificações a partir do ano 2000, onde houve uma reorganização institucional em atenção ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Desde então, o atendimento passou a ser no turno inverso da escola, e a inserção do educandos¹⁴ passou a abranger meninas e meninos que se enquadravam nos critérios estabelecidos na política social de assistência que rege as atividades da instituição.

A partir deste marco a instituição passou a denominar-se Centro de Formação Teresa Verzeri, e além de atividades voltadas às crianças e adolescentes, passou a ofertar cursos extensivos às famílias e à comunidade em geral.

É importante ressaltar que a instituição manteve-se atenta ao contexto histórico e social do País e procurou adequar os atendimentos e serviços prestados a comunidade, de forma a acompanhar as transformações provocadas pela Constituição Federal de 1988 e pelo o Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo em vista que esses documentos reconhecem e afirmam as crianças e os adolescentes enquanto sujeitos de direitos, devendo assim, ser resguardados e protegidos pelo Estado, pela sociedade e pela família.

Em 2007 o CFTV construiu um projeto de trabalho, denominado: Projeto social “Construindo o Mosaico do Saber Social”, para materialização e efetividade de suas atividades. Via-se a necessidade de constituir uma equipe técnica profissional que abrangesse várias áreas do conhecimento, de modo que atendesse as especificidades de cada educando, na busca de serviços que contribuíssem para o atendimento com equidade e que possibilitasse a luta pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes atendidos. Compõem o grupo que é denominado “NucleoBioPedagogicoSocial”, os profissionais das seguintes áreas: Psicologia, Serviço Social, Nutrição e Pedagogia. Enfatiza-se que o CFTV possuía apenas a Assistente Social que ocupava o cargo de diretora da casa, e a partir de 2010 contratou-se uma Assistente Social para ocupar as funções realizadas pelo Serviço Social, atualmente este núcleo é composto por duas Assistentes Sociais.

A inserção dos educandos, nesta instituição, tem como base a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) para realizar a triagem dos usuários. Para inserir-se na

¹⁴ Todas as crianças e adolescentes que atendidas pela instituição são denominadas de educandos e educandas, para diferenciar do ambiente escolar em que são chamados (as) de alunos (as).

instituição o responsável pela criança/adolescente deve realizar a sua inscrição solicitando a vaga, logo é realizada uma seleção pelo Serviço Social, após é realizada pelas Assistentes Sociais uma visita domiciliar e avaliação socioeconômica, para verificar se a família se enquadra nos critérios.

O CFTV recebe crianças em situação de vulnerabilidade e atua na prevenção de riscos. Também trabalha em rede, e em parcerias com a Promotoria Pública, CRAS, CREAS, Prefeitura Municipal, APAE, e escolas acolhendo então as diversas demandas que chegam até a instituição. Trabalha embasado em duas políticas, a política de assistência assegurada pela Política de Assistência Social e pela política de direitos garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

No que tange a política de Assistência Social que a instituição está vinculada, qualifica-se como política da Seguridade Social por meio da Constituição de 1988. Neste movimento, foi desencadeada a formulação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) lei nº 8.742 com o intuito de fortalecer a compreensão de Assistência Social como política pública.

A LOAS regulamenta dois artigos da Constituição Federal, o artigo nº 203 e nº 204. Estes artigos tratam dos objetivos da Assistência Social, da prestação dos serviços correspondentes, do perfil dos beneficiários, dos benefícios assistenciais, das fontes de financiamento e das diretrizes para a organização das ações governamentais, com destaque para a descentralização político-administrativa e a participação das organizações populares na formulação da política e no controle social das ações.

No 2º artigo, a LOAS define como objetivos da política de assistência social, entre outros:

- I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
 - a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes (LOAS, 1993).

O CFTV caracteriza-se como organização de assistência social, em consonância com o artigo 3º da LOAS, que assinala:

Entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento

aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18 (LOAS, 1993).

A política de assistência social é dividida em Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (de média e alta complexidade), sendo que o Centro de Formação Teresa Verzeri está vinculado aos Serviços de Proteção Social Básica, e de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), desenvolve o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, este que tem como objetivos gerais:

- Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios;
- Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;
- Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;
- Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;
- Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p.12).

A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência, de autonomia, de acolhida, de convivência familiar, de fortalecimento de vínculos, de apoio sócio familiar e sócio educativo. Conforme o que diz a Política de Assistência de Proteção Básica:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais

e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras) (PNAS, 2004, 33).

A política de proteção social consiste em proteger os indivíduos contra os riscos inerentes a vida humana e/ou assistir necessidades geradas no decorrer do processo, emancipação dos sujeitos, fortalecimentos de vínculos e múltiplas situações de vulnerabilidade. O sistema de proteção social tem origem da necessidade de neutralizar ou reduzir os impactos de determinados riscos sobre o indivíduo e a sociedade.

As atividades prestadas pelo CFTV consistem no trabalho social com famílias de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função proteção às famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos bem como seu fortalecimento. Promover o acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes, sua formação cidadã e sua inserção social, por meio de ações de caráter preventivo, de proteção e proativo (Projeto Mosaico do Saber, 2007).

A instituição oferece oficinas que tem finalidade ampliar o universo cultural dos educandos e de suas famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio de práticas sócio-educativas. Segundo PPS - Projeto Pedagógico Social (2012-2014) o trabalho desenvolvido, na instituição, visa à promoção social, inclusão e emancipação dos sujeitos, proporcionando condições e oportunidades para os educandos se desenvolverem como cidadãos de direitos.

O centro de formação Teresa Verzeri tem como objetivo acolher e educar para a cidadania crianças e adolescentes, jovens e famílias. Procura despertar neste público as potencialidades para os valores humanos, sociais e espirituais com interesse por atividades que viabilizem a criatividade e rentabilidade no futuro, integrando a família, o centro de formação e a comunidade para uma maior vivência fraterna (Projeto Mosaico do Saber, 2007, s/p).

O CFTV desenvolve suas atividades, por meio de oficinas, ministradas por educadores, ainda oferece acompanhamento psicológico e nutricional. A psicóloga realiza atendimentos grupais e individuais quando necessário, bem como o acompanhamento com as famílias, faz encaminhamentos para psiquiatras e outros atendimentos a rede pública de saúde, caso haja necessidade.

A nutricionista é responsável pela elaboração de cardápios e acompanhamento de uma alimentação saudável dos educandos, também os atende individualmente caso apresentem problemas relacionados à glicose, colesterol, entre outros alterados. Faz esclarecimentos com as famílias, também realiza avaliações, periodicamente, de caráter informativo e comparativo. A instituição oferece as oficinas de:

Quadro 01: Oficinas e objetivos das atividades desenvolvidas

Oficina	Objetivo da Oficina
Oficina de Leitura	Estimular a leitura de forma prazerosa, através de contos de histórias, proporcionar atividades estimulantes e atrativas, de interação e reconhecimento da leitura como forma de múltiplas informações e conhecimentos.
Oficina de Jogos	Proporcionar o desenvolvimento dos educandos através de jogos, raciocínio lógico, de concentração, montagem, etc.
Oficina de Esportes	Conhecimento teórico prático dos diversos tipos de esportes, procurando despertar nos educandos a criatividade, a rentabilidade, o melhor condicionamento físico para melhor desenvolvimento da coordenação, equilíbrio, da agilidade e ritmo.
Oficina de Ginástica Artística	Compreender e melhorar os sistemas básicos de movimento corporal para desenvolvimento da coordenação, equilíbrio agilidade, do ritmo e para tornar consciência do cuidado do seu próprio corpo.
Oficina de Dança Gaúcha, Dança de Salão e Cultura Gaúcha	Objetivo de incentivar os educandos a libertar-se pela dança e expressões corporais dos movimentos pela dança. Com melhoria na auto-estima, ritmo, coordenação motora, preparo físico e emocional.
Oficina Adolescer/ Terapia em grupo	Conceituar infância, puberdade, adolescência. Desenvolver dinâmicas e discussões sobre saúde, higiene, beleza, sexualidade, gravidez precoce, DTS, abuso sexual, prostituição, drogadição e transtornos alimentares. Desenvolver dinâmicas de convivência em grupos com postura ética.
Oficina de Artesanato	Este espaço tem o objetivo através da arte, construir e reconstruir, com objetos reutilizáveis, tecidos, garrafas, papel, entre outros, artesanatos.
Oficina de Artes Marciais	Um espaço onde as crianças são apresentadas aos significados das lutas e artes marciais, adquirem conhecimento básicos.
Oficina Brincarte	Estimular a coordenação intelectual e o relacionamento entre as crianças, a interação entre elas, proporcionando um espaço de lazer
Oficina Debate Jovem	Estimular o espaço de debate entre os jovens e os educadores, a fim de proporcionar a reflexão acerca dos principais assuntos que mais o instigam e despertam curiosidade.
Oficina de Educação Ambiental	Instigar e despertar nos jovens a importância da sustentabilidade ambiental, seus prós e contras. A importância do meio ambiente, da água, da natureza nas nossas vidas e a reutilização e reciclagem de materiais.
Oficina de apoio pedagógico / Grupo de Estudo	Reforço escolar, principalmente com as crianças que possuem dificuldades escolares, espaço onde são realizados temas e extraem as dúvidas.
Oficina de Canto	Estimular os jovens ao canto. Ocorre seleção dos alunos que irão participar do coral do CFTV, e o grupo realiza apresentações quando solicitado.
Oficina de Informática Lúdica	Espaço onde as crianças têm a oportunidade de acesso a internet, podem pesquisar assuntos e temas proporcionais ao meio escolar e de vida, oferta de jogos de aprendizado lúdicos
Oficina de Dança	Espaço onde são formados grupos de dança, que participam de apresentações dentro da instituição e em diversos locais.
Oficina de	Ensinar os jovens a tocar instrumentos musicais, na intenção de formar grupos

Música Instrumental	musicais do CFTV.
Oficina de Oratória	Momento em que as crianças tem de trabalhar a oratória, a dificuldade de expressão e a dicção.

Fonte: Quadro elaborado pela autora do trabalho a partir dos dados cedidos pela secretaria da instituição e utilização dos documentos denominados: Plano de Ações das Oficinas do CFTV 2013.

No que se refere, aos recursos institucionais o CFTV tem como principal e importante subsídio a Entidade Mantenedora a Associação de Literatura e Beneficência, localizada na cidade de Porto Alegre que é responsável por 30% dos recursos financeiros que mantêm a instituição.

Parte dos recursos da instituição também é oriundo da captação de recursos, através da elaboração de projetos. Nos quais, quando aprovados, todo o planejamento e gastos dos recursos são construídos pelas Assistentes Sociais da Instituição em formato de planos, tabelas e relatórios, sabe-se que a maioria das oficinas são sustidas pelos recursos captados, e a parceira é que mantêm a continuidade das mesmas.

Algumas empresas da cidade investem em capital financeiro, além de doações feitas pela comunidade como comida, roupas, livros, materiais escolares, entre outros. A equipe do CFTV realiza sorteio de rifas, brechós solidários e promoções para captar recursos, sempre com o intuito de manter as parcerias, e continuar prestando atendimento aos educandos em um ambiente favorável, ofertando boas condições para seu desenvolvimento e maior aproveitamento dentro da instituição. Também conta com o apoio da Prefeitura que disponibiliza 04 funcionários para realizarem atividades, na instituição, e também fornece parte da alimentação oferecida aos educandos que são café, almoço e lanche.

4.2 Processos de trabalho do profissional Assistente Social no Centro de Formação Teresa Verzeri

No que se refere ao processo de trabalho do Assistente Social, no Centro de Formação Teresa Verzeri, de acordo com o que rege a Lei de Regulamentação da Profissão n.º 8.662 de 07 de Junho de 1993, que em seu artigo 5º evidencia-se as principais atribuições privativas do assistente social que possuem maior visibilidade a partir do trabalho realizado pelas profissionais, que são:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social; [...]
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; [...]
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; [...] (CFESS, 1993, p. 13).

As funções desempenhadas pelas Assistentes Sociais, na instituição, compreendem o atendimento diário aos educandos, a captação de recursos por meio da elaboração e acompanhamento de projetos sociais, sistematização e registros das fichas socioeconômicas individuais dos educandos, atendimentos as famílias, por meio de visita domiciliar e/ou demanda espontânea, participação no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, elaboração de planos de trabalho e alimentação das planilhas do SIG (Sistema de Informação Gerencial) e do BSC (Balanced Skaro Card)¹⁵.

Segundo Guerra (2000) “a instrumentalidade do trabalho do Serviço Social é uma propriedade e/ou uma capacidade que a profissão vai adquirindo, na medida em que concretiza objetivos.” É por meio desta capacidade adquirida, no exercício profissional, que os Assistentes Sociais modificam e/ou alteram as condições objetivas e subjetivas das relações interpessoais e sociais existentes na realidade do cotidiano dos usuários.

Entre as competências técnico-operativas está a visita domiciliar, que é guiada por uma finalidade, por vezes a inserção do educando na instituição e/ou a solicitação de um órgão ou uma demanda emergencial que venha a surgir durante o processo. A maioria das visitas domiciliares tem como objetivo o estudo socioeconômico, que materializa-se na ficha socioeconômica do educando, com vistas à inserção do educando na instituição, ocorrem uma vez por ano no período de seleção das vagas, são orientadas por roteiro próprio da instituição onde contêm todas as informações relevantes.

¹⁵ Estes são mecanismos de planejamento estratégico da instituição, com dados como nº de atendimentos, oficinas, entre outros, estes dados por sua vez, são repassados a entidade mantenedora mensalmente.

Outro instrumental do trabalho do Assistente Social é a entrevista, que se baseia entre um diálogo entre o entrevistador e entrevistado, resultando na captura de informações relevantes. Os questionários que são preenchidos tanto nas entrevistas quanto nas visitas, são também formas de registrar dados coletados, e após o registro é anexado nas fichas institucionais dos usuários.

A observação torna-se uma ferramenta indispensável, no trabalho do Assistente Social, como em qualquer outro trabalho, por que ela indica a veemência atenta dos detalhes dos fatos e relatos expressos nas experiências cotidianas, bem como seu olhar crítico, com embasamento teórico e metodológico, que é adquirido durante a graduação.

A criação de grupos e oficinas no CFTV são processos que, desde projetados, têm por objetivo a inserção dos usuários nas atividades. É pensado pelas Assistentes Sociais da instituição, juntamente com a equipe pedagógica e gestão, o intuito é de além de proporcionar a participação das crianças nos projetos, fazer que os mesmos desenvolvam atividades que possam a vir a contribuir enquanto sujeitos sociais.

O centro de Formação Teresa Verzeri mantém uma relação direta com a mantenedora, e isso é efetivado ao serem enviados, mensalmente, dados atualizados através do sistema SIG (Sistema de Informação Gerencial). Encaminha-se também o planejamento estratégico, relatórios anuais, previsões orçamentárias, planilhas de custos, projetos de investimentos e são realizadas reuniões de prestações de contas e planejamento de atividades, sendo as Assistentes Sociais da instituição que realizam todas essas tarefas, desde a alimentação do SIG até os relatórios enviados à mantenedora.

Conforme Guerra (2000) a instrumentalidade do Serviço Social remete a uma determinada capacidade ou propriedade que a profissão adquire, na sua trajetória sócio-histórica, como resultado de confrontos entre teologias e causalidades.

De acordo com a demanda, é que vai dar a continuidade do processo de intervenção do Assistente Social na instituição. Cabe ressaltar que a maior demanda é a captação de recursos institucionais para a realização dos projetos ofertados as crianças e adolescentes. É realizado todo um trabalho de pesquisa de editais, logo a inscrição e planejamento do projeto, se aprovado, focaliza-se no repasse da maioria de informações para a concedente do recurso, como gastos financeiros,

aplicabilidade, efetividade para assim manter-se uma relação clara e objetiva, a fim de manter as parcerias.

É o modo particular, subjetivo, como o profissional elabora a sua situação na instituição, estabelecendo sua própria ordem de relevâncias, que vai dar o sentido do seu trabalho (BAPTISTA, 2000, p.113).

Diante disso, Baptista (2000) nos mostra o sentido em que o nosso papel profissional molda-se, durante o processo, ou seja, a partir da rotina da instituição, o limite e as condições de trabalho, o perfil dos usuários, as manifestações da questão social é que se desenvolve o processo constitutivo da ação profissional, realizada na relação intersubjetiva entre profissional, instituição e usuário.

Segundo o Plano do Serviço Social da instituição, os objetivos específicos são:

- Prestar assessoramento técnico na elaboração de projetos, planos sociais, relatórios, documentos, registros e encaminhamentos relativos ao Serviço Social.
- Acompanhar e orientar educandos e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, visando à prevenção de situações de risco.
- Elaborar e monitorar documentos de informação e registro do sistema interno da instituição.
- Buscar alternativas inovadoras, instituições parceiras, fontes de recursos para viabilizar novos projetos sociais relevantes.
- Avaliar orçamentos, coordenar a aplicação e supervisão dos recursos em projetos sociais.
- Realizar visitas domiciliares periodicamente, de acordo com a demanda, visando à proteção social dos educandos.
- Realizar avaliação socioeconômica das famílias para ingresso do educando na instituição.
- Participar de encontros periódicos de formação e planejamento em conjunto com a equipe de trabalho da instituição.
- Encaminhar casos específicos, relatórios, pareceres, estudos sociais a rede de proteção social do município, visando a garantia de direitos.
- Participar de conselhos de Direito, Fóruns, Redes, Orçamentos Participativos e outros.
- Acompanhar e assessorar Grupos de Geração de Trabalho e Renda.
- Supervisionar estagiários do Serviço Social. (Plano de Ação do Serviço Social do CFTV, 2013, p. 01).

Iamamoto, ainda discorre sobre os desafios dos Profissionais de Serviço Social sendo:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade *de decifrar a realidade e construir novas propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a*

partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2012, pag. 20).

Guerra (2000, p. 07) nos diz que “a intencionalidade dos assistentes sociais passa a ser mediada pela própria lógica da institucionalização, pela dinâmica da instauração da profissão e pelas estruturas em que a profissão se insere”. Os instrumentais utilizados pelas assistentes sociais estão relacionados com as competências teórico-metodológicas, que diz respeito à capacidade de análise e problematização da realidade.

Sendo assim, ser um profissional propositivo e não só executivo, é trabalhar na construção de alternativas criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas do cotidiano. É decifrar a realidade, não apenas da maneira que ela nos é posta, partir sempre da aparência para chegar à sua essência.

No próximo item discutirá o estágio supervisionado e como a estagiária reconheceu o objeto de intervenção, discutido neste trabalho, que foi a violência nas praticas cotidianas dos educandos.

4.3 Estágio Supervisionado em Serviço Social: reconhecendo o objeto de intervenção

Buriolla (2011, p. 13) discorre que “o estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente”.

No estágio, a experiência em campo foi marcante para o desenvolvimento e construção da identidade profissional, desenvolvida na relação teórico - prática. Neste contexto, tem-se como referência a Instituição Centro de Formação Teresa Verzeri, como receptor das observações enquanto estagiária se pode vislumbrar algumas particularidades da intervenção do Assistente Social junto às demandas da instituição.

O estágio prático é essencial à formação do aluno de Serviço Social, enquanto lhe propicia um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional, apoiados na supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos (BURIOLLA, 2011, p. 17)

A atuação, no campo de estágio, ocorre no enfrentamento às possibilidades e aos desafios, colocando em prática todo conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Não bastando apenas conhecer a realidade é necessário intervir.

De acordo com a vivência do estágio correspondente aos meses de Fevereiro à Junho de 2013, e diante das análises, convivência e observações obtidas a partir do contato com os usuários e familiarização com a Instituição, percebeu-se especialmente na turma Sabiá, onde são atendidas crianças de 09 a 11 anos atitudes violentas e por vezes reprodutoras uma para com as outras. Estas atitudes puderam ser percebidas, em suas brincadeiras na hora dos intervalos, nos diálogos entre eles, na execução das atividades propostas nas oficinas e no relacionamento com os próprios educadores. Tais atitudes tornavam-se visíveis pelas agressões físicas e orais.

A partir deste momento, far-se-á uso de alguns fragmentos do diário de campo construído pela mesma, para melhor embasamento, objetivando assim o processo, ressaltando a postura ética de manter o sigilo aos nomes dos sujeitos, garantindo sua integridade.

“Acompanhei alguns casos que ocorreram determinadas formas de violência durante essa semana que passou, dentre eles, os educandos maiores da turma Sabiá, mostraram diversos comportamentos agressivos, tanto atos físicos como verbais, uns para com os outros! Relatando uma experiência com um educando, estava eu sentada nas escadarias dialogando com as crianças na hora do intervalo, quando de repente, escuto um princípio de confusão, o educando X que estava com uma garrafa Peti na mão, atirou em direção a outro colega, vindo o educando Y ficar com “raiva”, e então ter iniciado a briga, eu então não tive outra saída e tomei uma atitude, e peguei a garrafa do educando (pois ele não entregou quando lhe foi solicitado pela primeira vez), ele em gesto de revolta, ameaçou erguendo a mão forma de quem em “daria um soco”, pois bem, o chamei ele para uma conversa e dialogamos, por minha vez lhe articulei: X, tu terias coragem de bater no rosto da Professora, é isso mesmo? ele baixou a cabeça, e se mostrou consciente do ato errôneo, de certa forma permaneceu calado, em sentimento de arrependimento, que era visto em seu semblante” (AMARAL, 2013, p. s/n).

Desenvolver um trabalho com esta turma, a partir da demanda evidenciada anteriormente, tornou-se de fundamental importância, não só pelo fato de contribuir na prevenção de tais atitudes violentas, mas também para compreender como que

tais situações são produzidas e reproduzidas a partir das relações sociais que estabelecem, não só na instituição, mas nas suas respectivas famílias e demais espaços de socialização.

O planejador que pretende criar condições para uma intervenção que conduza a mudanças significativas – não apenas na singularidade do objeto, mas na particularidade da situação e na universalidade das relações sociais – deve necessariamente procurar superar os limites do enfoque situacional para identificar prioridades da intervenção, adotando uma visão que não reduza a ação à imediaticidade (BAPTISTA, 2000, p. 73).

Outro fator importante que cabe destacar, é que durante as observações realizadas, no acompanhamento do trabalho do Serviço Social, na Instituição pode-se perceber no estágio I e II que as situações de denúncias de violência de pais contra filhos aumentaram, considerado ao número de atendimentos desta natureza ao ano que passou. As denúncias originavam-se em alguns casos pelo setor de Psicologia da instituição, onde as crianças relatavam para a Psicóloga, em outros casos via registro no Conselho Tutelar, Creas que trabalhavam de maneira multidisciplinar com o CFTV, para atender essas crianças.

Os atendimentos as crianças vítimas das agressões são realizados pela psicóloga da instituição e assistentes sociais, e seus registros chegam até os setores de diferentes formas, como pela própria criança, na hora dos encontros grupais e/ou individuais, denúncias e encaminhamentos da promotoria e conselho tutelar.

As situações de violência são: negligência, agressão física, violência sexual, psicológica e maus tratos, e a maioria dos casos têm como agressores os próprios responsáveis e pessoas do círculo de amigos dos responsáveis.

“...em uma intervenção, onde houve uma denúncia registrada a Psicóloga da Instituição pela avó de uma educanda, a mesma relata que a neta (uma menina de 06 anos) estava sendo violentada sexualmente pelo namorado da tia! A criança reside com esta tia e a avó, a mãe da criança mora em porto alegre e tem histórico de envolvimento com drogas, a criança foi “dada” como a avó mesmo relatou, para ela. A suspeita se concretizou, quando o menino (primo da educanda) que as vezes voltava pra casa com a educanda relatou o abuso para a avó! Acontece que às vezes quem buscava a educanda no Centro de Formação era a tia e o “namorado”, o menino relatou que as vezes eles ao invés de irem embora chegavam na casa do namorado da tia, onde eles eram trancados no quarto com o homem, e a tia ficava na sala assistindo televisão. Não se sabe especificar qual tipo de abuso, pois até o momento não estamos a par de todas as informações (perícia médica e depoimento das crianças), e tia ficava

olhando TV! Isso tudo a avó registrou com a psicóloga da Instituição e já havia registrado o caso na delegacia e no conselho tutelar [...] (AMARAL, 2013, p. s/n).

Enquanto estagiária da instituição, acompanharam-se algumas intervenções que as Assistentes Sociais realizaram após estas denúncias. Entre os atendimentos e encaminhamentos do Serviço Social para o Conselho Tutelar, devido às agressões que as vítimas sofreram em casa pela família, tornou-se evidente a presença do objeto de trabalho, que é a violência e suas diferentes manifestações como a desigualdade social, a fome, a exploração, entre outras situações que contribuem para a ocorrência da violência e para a fragilização dos vínculos familiares.

“... em um atendimento da assistente social que acompanhou-se enquanto estagiária, através do relato de uma educanda de 09 anos feito à psicóloga da Instituição, que descreveu que presencia frequentemente seu pai e seus amigos fazendo uso de substância que ela chamou de “maconha”. Ainda relatou que presenciou várias vezes sua mãe sendo agredida fisicamente pelo pai, onde em que uma dessas vezes, “ela” a pedido da mãe teve que ir a um Posto de Polícia solicitar socorro. Quando o seu pai está muito nervoso agride também ela e a irmã mais nova. A criança também traz em relato, que às vezes a mãe a agride fisicamente, exemplificado o fato que mãe em um de seus “acessos de raiva” mordeu a sua bochecha e disse que era para ela dizer na Escola que o ferimento havia sido causado por sua irmã mais nova..” (AMARAL, 2013, p. s/n).

Segundo Azevedo (2007, p.143) “a vitimização de crianças e adolescentes é uma das modalidades de “fabricação de vítimas” , através de relações interpessoais de caráter abusivo, isto é, marcadas pela coerção física e/ou psicológica”. Assim, a vitimização pode assumir várias formas.

A violência doméstica é um tipo de violência de natureza interpessoal, na qual se verifica uma transgressão do poder disciplinador e coercitivo dos pais e/ou responsáveis. As ações agressivas exercidas pelos adultos sobre as crianças podem perturbar a organização da personalidade da criança. Além de resultar em sintomas psicopatológicos e doenças psiquiátricas, pode afetar todos os aspectos da vida da criança, como psicológicos, comportamentais, acadêmicos, relações, entre outros.

A importância de ter debatido a construção hegemônica da família, no capítulo um deste trabalho, é que podemos observar que desde os primórdios, a mesma vem sendo modificada, ganhando força para concretizar, em seu seio, um

ambiente favorável à criação dos filhos, que deve ser saudável e afetuoso, e não excludente e perigoso.

A grande relevância na escolha do tema trabalhado e desenvolvido com as crianças foi a violência. Está que era cometida entre os próprios educandos em suas relações, por vezes, era entendida como uma brincadeira de criança, mas que pode tornar-se algo grave, no momento em que as agressões causam ferimentos, constrangimentos, dor, mágoas, ofensas.

E com essa preocupação, pensou-se em um projeto que discutisse sobre o tema, mas, além disso, procurasse desvendar de onde situações e ações violentas originam-se.

O projeto visou à discussão e o enfrentamento desta demanda, que está presente em diferentes espaços sociais como na família, na escola, nas brincadeiras, no convívio diário e também presente no CFTV. Por se evidenciar, neste local, existiu a proposta do projeto, que se realizou, dentro de uma Oficina, denominada “Violência não Rola”, nome este escolhido pelos próprios educandos.

O projeto conteve a proposta de trazer elementos constitutivos acerca da violência e suas expressões, bem como trazer reflexões críticas, movimentos de resistência e enfrentamento, de maneira contributiva e preventiva para a formação dos educandos e suas relações no âmbito da Instituição, da escola e da família.

“...enquanto acompanhava as crianças no recreio, tive de intervir em uma situação que o educando J, estava se demonstrando muito agressivo, batendo em várias crianças. Chamei-o então para conversar, no primeiro momento ele se subtraiu, e não quis diálogo, esperei um pouco, chamei novamente ele não quis falar comigo, subimos para a oficina, ele sentou bem na frente, e mostrou-se muito atento nas atividades respondendo a todos os questionamentos, logo fomos para a sala do computador, ele veio em minha direção, sentou ao meu lado, e perguntou o que eu queria falar com ele, eu fiquei surpresa com a atitudes, e disse: “A profe apenas queria saber o que tinha acontecido” e que o fato do mesmo estar agredindo os colegas, é errado. Ele respondeu: “ Mas eles ficam me enchendo o saco, me colocando apelido”, eu disse: “Mas tu tem de chamar algum educador, e não pode ficar agredindo, se não sempre tu vai perder a razão e ficar responde por falta de disciplina (Porque o nome dele foi para o caderninho da disciplina, uma espécie de caderno de anotações onde os educadores colocam o mal-comportamento das crianças).

Na hora do intervalo do almoço, se repetiu o mesmo ato, chamei-o mais uma vez, ele teve receio. Passado um tempo e minha supervisora de campo fomos até ele, e conversarmos, do motivo pelo qual ele estava se comportando daquela maneira. A AS ainda disse: “J, tu hoje pela manhã se mostrou tão participativo na oficina, e agora está agindo desta maneira”, o educando apenas baixou a cabeça, e não falou mais nada.

Em conversa com a AS logo após o fato, ela me relatou que o educando mora com a mãe, que o Pai abandonou ele e o irmão mais novo (que

também é educando da instituição) logo quando nasceram. Que ele toma medicamento controlado, e que recebe acompanhamento psiquiátrico, visto que faz muito tempo que ele demonstra muita agressividade nas relações...” (AMARAL, 2013, p. s/n).

Os estudos de Guerra (2008) e Azevedo e Guerra (2007) expõem que quem trabalha com crianças e adolescentes deve sempre estar atento as suas manifestações físicas, comportamentais e emocionais, pois esses sinais podem indicar a presença de violência na vida dos mesmos. E quando houver suspeita, deve-se interferir com finalidade de fazer cessar de imediato a prática de violência, na vida destes sujeitos, buscando ajuda no local e atendimento específico. Neste sentido, a proposta do projeto primeiramente direcionou o foco de estudos sobre a percepção da violência, no cotidiano dos educandos e o papel que a família e os educadores têm ou deveriam ter perante esta demanda, assim como seus desdobramentos, enfrentamento e ações estratégicas de prevenção à violência.

Freire (2001) traz que a educação é uma forma de se intervir no mundo. A proposta do projeto de intervenção justificou-se pela necessidade de poder contribuir, no processo de ensino aprendizagem das crianças da turma Sabiá do Centro de Formação Teresa Verzeri, e por entender que a parceria entre a família, o ambiente de ensino, educação e as discussões e reflexões acerca do tema violência é de suma importância para o sucesso, no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo desta faixa etária.

4.4 Projeto de Intervenção: “Violência Não Rola”

Problematizar a violência e como a mesma se (re) produz, nos diferentes espaços de convívio, tornou-se relevante, na medida em que os educandos poderiam refletir de que maneira a violência está presente em suas vidas, seja no convívio com a família, com colegas da instituição e demais relações. Sabe-se que a violência é um problema do cotidiano, que necessita ser analisado e refletido, bem como seus movimentos de enfrentamento, fortalecendo assim a sua resistência.

Trata-se de um projeto de fortalecimento de vínculos, realizado de forma preventiva. O objetivo geral do projeto destaca-se por constituir um espaço de discussão e reflexão sobre diversas situações que envolvam a produção e a

reprodução da violência, a fim de contribuir para a prevenção e enfrentamento da violência dentro e fora da instituição.

Como objetivos específicos o projeto de intervenção buscou problematizar os diferentes tipos de violência, suas causas, consequências e formas de enfrentamento. Bem como, buscou instigar a partir de debates e reflexões, a participação das crianças, o protagonismo e o exercício da cidadania, ainda discutir as medidas de enfrentamento, resistência e prevenção da violência.

Foi a partir das demandas evidenciadas durante o processo de estágio, que a “violência” nas relações entre os educandos, tornou-se o objeto de intervenção da estagiária. A partir dos relatos e observações construídos, que se pensou no planejamento de tudo que seria abordado. Diante disso, o próximo item aborda como foi a execução do projeto e a percepção dos educandos.

4.4.1 Execução e desenvolvimento do Projeto de Intervenção: Oficina Violência não rola: espaço de construção de conhecimentos e resistências frente ao fenômeno da violência

De acordo com os objetivos propostos pelo projeto de intervenção sua execução deu-se, por meio da criação de uma oficina, e teve como público alvo os educandos da turma Sabiá. Turma que compreende crianças de 09 a 11 anos de idade, totalizando 25 educandos, sendo que destes 15 são meninas e 10 são meninos.

Os encontros da oficina aconteceram, semanalmente nas Quintas-Feiras, com início no dia 22/08/2013 e término 22/10/2013. Como metodologia utilizaram-se técnicas lúdicas e reflexivas, bem como ferramentas de áudio e vídeo, dinâmicas de grupo, discussões, encenações, músicas, artes visuais, desenhos, seminários, explanações, informática e linguagem oral e escrita, etc.

Nessa perspectiva, o planejamento refere-se, ao mesmo tempo, a seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas e a otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionamentos impostos a cada caso (recursos, prazos e outros), diz respeito, também, a decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e as providências necessárias á sua adoção, ao acompanhamento da execução ao controle, á avaliação e a redefinição da ação (BAPTISTA, 2000, p,13).

A partir da definição da proposta de intervenção, da escolha da metodologia e da análise do perfil da turma Sabiá, iniciou-se o planejamento dos encontros, que foram no total de 09, e os temas trabalhados foram os seguintes:

Quadro 02: Cronograma de atividades do Projeto de Intervenção

Encontro	Data	Objetivo dos temas a debater:
1ª Encontro	22/08/2013	Apresentação dos objetivos da oficina
2ª Encontro	29/08/2013	Dinâmica sobre o que é a violência
3ª Encontro	05/09/2013	Tema: As nossas relações dentro do CFTV
4ª Encontro	26/09/2013	Tema: Bullying
5ª Encontro	03/10/2013	Tema: Situações de violência
6ª Encontro	07/10/2013	Tema: A violência na mídia
7ª Encontro	17/10/2013	Tema: Família e os diferentes tipos de violência
8ª Encontro	18/10/2013	Análise e avaliação da oficina, debate acerca das reflexões realizadas e combinações e organização do encontro final.
9ª Encontro	22/10/2013	Os educandos já organizados no encontro anterior, divididos em grupos apresentaram em forma de teatro, cartazes, desenhos, vídeos e músicas tudo que aprenderam durante os encontros

Fonte: Quadro elaborado pela autora do trabalho de acordo com o planejamento do projeto de intervenção realizado pela mesma (AMARAL, 2013b, s/p).

No 1º encontro realizou-se a apresentação aos educandos da proposta da oficina, após cada educando foi convidado a apresentar-se, propiciando assim um momento de descontração e interação. Encaminhando-se para o término deu-se o tema que será trabalhado na oficina, as propostas, as combinações do dia e horário e por fim escolheu-se o nome da oficina, este escolhido por forma democrática por votação (sugestão dada pelos próprios educandos), por fim escolheu-se “Oficina Violência Não Rola”.

Cabe destacar que, no primeiro momento após a oficina, descendo as escadas, observou-se que um educando havia cometido um ato violento, ao ser empurrado pelo colega da escada, em tom de “brincadeira”, logo uma menina que chegava disse: *“Vocês já estão brigando de novo, olha que acabamos de falar lá em cima, vocês são surdos?”*. Nota-se que algo já chamou a atenção das crianças na proposta de intervenção. Enquanto estagiária optou-se por não intervir de imediato, visto que ainda estava iniciando as atividades com os educandos, mas, foi realizado diálogo com a supervisora de campo sobre o ocorrido, logo discutido em diário de campo e levado para supervisão acadêmica.

O 2º encontro iniciou-se com uma dinâmica. De primeiro momento os educandos receberam figuras com retratos de situações de violência e não-violência (são imagens de agressões físicas, pessoas discutindo, pessoas tristes, retrato de pessoas dizendo palavrão), divididos em grupos (os quais os mesmos propuseram

os seus), destacaram em um cartaz as imagens que se caracterizam como violência e como não-violência.

A intencionalidade era fazer com que os educandos percebessem e destituíssem os paradigmas da violência e suas exterioridades, diante disto foi realizada uma discussão sobre as atitudes mais violentas que eles puderam perceber, e se conheciam alguns exemplos.

Alguns deles manifestaram-se dizendo que já sofreram algumas situações ali evidenciadas, como agressão verbal, eles denominaram como “*Xingamentos*” realizados pelos próprios colegas um para com os outros como “*Baixinha, Gordinha, feia, fedorenta*”, bem como um educando relatou que durante um “passeio” em um parquinho próximo à escola, o mesmo foi surpreendido com alguns meninos mais velhos com um instrumento denominado pelo educando de “*facão*”, e que o educando foi “*corrido de facão*” por estes meninos, o motivo segundo a criança era por “*ser desconhecido no lugar*” (AMARAL, 2013, s/p).

Diante disso, foram problematizados tais apontamentos e levantaram-se as possibilidades, que quando ocorrem casos assim, não poderiam ser resolvidos sozinhos, tem que sempre contar com a ajuda de um adulto para solucionar e interceder, visto que estando na condição de crianças, não podem estar respondendo por determinadas situações sozinhas.

Ainda trazendo alguns fragmentos e falas dos sujeitos, cabe enfatizar que as crianças agiram durante este encontro de maneira “ostensiva” diante de atitudes de alguns colegas, como por exemplo: um educando que empurrou uma colega da cadeira e deu um “tapa”, a menina disse: “*Para! você não está escutando o que a Profe^a (os educandos nos identificam por este nome) está dizendo, não podemos bater nos colegas, isto é violência, agressão.* Neste contexto, as crianças por elas próprias já estão dando-se conta de suas atitudes e como elas estão refletidas nas relações dentro do CFTV, o que evidencia o progresso do discernimento crítico dos mesmos (AMARAL, 2013, s/p).

No 3º encontro, eles assistiram a um vídeo que abordou o tema violência, com imagens e questionamentos acerca do tema, e a sua produção e (re) produção. Logo após, foi realizada uma discussão crítica acerca do tema violência e suas manifestações, os educandos trouxeram vários aspectos do cotidiano e evidenciaram nas imagens, muitas histórias, entre elas alguns relataram e se expuseram outros preferiram abster-se.

Encaminhando-se para o final do encontro, foi proposto que os educandos avaliassem como estava sendo o decorrer da oficina e se os mesmos estavam sendo instigados de alguma forma referente ao tema, seus meios de prevenção e as atividades, logo após foi entregue duas perguntas: *Como está sendo nossas relações da turma dentro do espaço de convivência do CFTV? O que podemos fazer para melhorar e tornar uma relação mais harmoniosa?* (AMARAL, 2013b, s/n). A proposta era que os educandos avaliassem (fizessem uma análise crítica de suas próprias ações) como estava sendo a relação social da turma.

Diante disso, os educandos apresentaram diversas situações de o que seria violência, como: *“de que ao bater em alguém, a pessoa que foi agredida com certeza revidará”*, que *“as drogas também incidem a violência”*, *“que a falta de respeito com os educadores, são atos de violência”* (AMARAL, 2013, s/p).

Os educandos em sua maioria evidenciaram que o que falta, na turma, é “educação e respeito”, para que a mesma cresça e se destaque dentro do CFTV, pode-se então citar o exemplo, que a Educadora C. trouxe, na entrada da manhã, que a turma Sabiá havia ficado em Vermelho, no Desafio da Disciplina¹⁶, onde deste não saiu desde o início do ano, foi discutido os possíveis motivos pelos quais isso pode estar acontecendo. Os educandos foram bastante críticos ao se avaliarem, pois os mesmo sabem que depende somente deles, querer mudar tal situação, ficou acordado que trabalharíamos para que isto se modificasse e que não seríamos mais coniventes com nenhuma atitude não displicente ou desrespeitosa dentro do CFTV com os colegas e com os educadores.

O 4º encontro discutiu-se sobre o tema Bullying. Este encontro foi pensado de uma maneira que sintetizasse todas as reflexões do tema violência dialogados na oficina até o momento. As crianças foram convidadas a participar de uma dinâmica onde a proposta foi exercer tudo que foi refletido até agora. A dinâmica realizou-se em dois momentos: primeiro cada educando recebeu uma folha de papel, canetas e um bilhetinho com o nome de um colega, após todos organizados, propôs-se que na folha de papel desenhassem o colega que havia sorteado, e ao redor escrevesse somente mensagens afetuosas, características, adjetivos, qualidades, etc.

¹⁶ Desafio da Disciplina: É uma porcentagem que é realizada mensalmente, onde as turmas são avaliadas, de acordo com as produções e ocorrências diárias, onde são divididas em sinais: Vermelho (Que a turma não está displicente), Amarelo (Que a turma está melhorando) e Verde (Que a turma está de Parabéns).

No segundo momento os educandos fizeram apresentação do que tinham escrito para determinado colega. Para dar continuidade aos trabalhos realizou-se uma discussão acerca do tema: Bullying. A apresentação do tema deu-se por forma lúdica (vídeo). No final, cada educando apresentou seu desenho e o que haviam escrito. Observou-se que alguns se abstiveram de desenhar e escrever ao colega, ao serem indagados do motivo, os educandos apenas disseram que não queriam participar.

No 5º encontro o tema proposto foi “Situações de violência dentro do Centro de Formação Teresa Verzeri”, neste encontro foram respondidos, discutidos e sistematizados pelos próprios educandos as seguintes perguntas: *Como está sendo nossas relações da turma dentro do espaço de convivência do CFTV? O que podemos fazer para melhorar e tornar uma relação mais harmoniosa? A turma dividiu-se em grupos, e os educandos estruturaram as idéias através de cartazes, onde foi dividido em dois itens: como é a convivência da turma? E como deveria ser?* Após esta atividade os grupos fizeram a apresentação ao restante da turma.

Neste encontro, pode-se perceber que os educandos têm muita noção dos atos que por ventura cometem de forma errada, como por exemplo, um educando falou que: *“Violência se retrata nas formas agressivas que tratamos as meninas na hora do recreio, mas também, as meninas batem em nós (meninos), a gente só revida”* (AMARAL, 2013, s/p). Buscou-se fazer uma reflexão com as crianças, diante desse fato, e pode-se dizer que os resultados foram notados, porque as situações de violência que foram evidenciadas, logo no início do estágio, já estavam mais amenas dentro do espaço institucional.

O 6º encontro debateu o tema referente à violência na mídia, discutiu-se sobre a violência que se mostra, na televisão, nas músicas e nos desenhos animados. Preparou-se uma apresentação em Power Point, contendo algumas situações rotineiras do nosso dia que faz uso da produção da violência e incita a sua reprodução, e o que isso pode interferir na questão da violência, na família, na escola, nos problemas domésticos, o que as músicas e a mídia podem afetar na construção de uma personalidade, bem como refletir sobre seus atos diários perante tais situações.

Este encontro foi bem participativo, pois os educandos trouxeram relatos que acontecem no dia-a-dia, porém, foi enfatizado para que eles entendessem, que não que era proibido o uso, e sim a coerência do que está utilizando, como por exemplo,

nos jogos de vídeo game que apresentam violência, armas, sangue, que as brigas não eram reais, mas que na vida real, também existia e tínhamos que saber diferenciar.

Durante o planejamento do projeto, intencionou-se trabalhar o tema violência com a família dos educandos da turma, o que não foi possível, pela limitação do tempo de estágio. Mas, pensou-se em uma estratégia para chegar até o núcleo familiar, e ao final deste encontro os educandos receberam uma folha com questões, que tiveram como proposta ser preenchidas em casa com a família, porém, apenas 10 educandos trouxeram este retorno.

As perguntas eram as seguintes: *O que é Violência? O que gera a violência? Exemplifique atitudes violentas! Como podemos resolver nossos conflitos sem utilizar da violência? Como a família pode contribuir na formação de uma criança para que a mesma não se torne uma praticante de atos violentos? Quais atitudes no ambiente familiar devem ser levadas em conta, para que a violência não se torne um ato comum?*(AMARAL, 2013b).

No 7º encontro discutimos sobre a família e como ela deve ser vista como sinônimo de amor e proteção, os educandos foram provocados a relatarem como são compostas suas famílias e espontaneamente alguns discorreram.

Houve a proposta de uma dinâmica onde em uma folha de papel os educandos desenhassem sua família e nela expressassem como é suas relações ou como gostariam que fossem. Neste encontro, os educandos mostraram-se bastante interessados, vários se dispuseram a falar, alguns relataram como são compostas as famílias, como por exemplo:

Educanda 01: “Eu moro com minha mãe, meu padrasto e minha irmã”,
Educanda 02: “Eu moro com minha mãe, meu irmão (filho do padrasto), meu padrasto”,
Educando 03: “Eu moro com meu pai”, e ainda falaram muito sobre a diversidade das famílias, e como elas podem ser compostas, também quando os pais se “separam e moram em casas diferentes” (AMARAL, 2013, p. s/n).

Ao serem indagados do que representa a família eles responderam: *“que família é amor, proteção, que nos sustenta, que devemos respeitar e obedecer, que nos ama, que nos dá atenção...”* (AMARAL, 2013, p. s/n).

Ainda neste encontro debateu-se com os educandos a violência cometida contra crianças e adolescentes, abordando especificamente a violência física,

psicológica, sexual e a negligência. Encaminhando-se para o fim, os educandos dividiram-se em 05 grupos e cada um ficou responsável a sistematizar o que eles “apreenderam” das reflexões e discussões dos encontros da oficina. A sistematização ficou por conta dos mesmos.

No 8º encontro os educandos já divididos em grupos ditaram o que iriam fazer, de acordo com a proposta do último encontro, alguns optaram por teatro, outros músicas, outro grupo cartazes. Contudo, se organizaram e começaram a estabelecer as ideias, iniciou-se os ensaios das apresentações, que seria para o 9ª e último encontro da oficina.

No 9ª encontro encerramos a oficina “Violência não Rola”, a preparação como já havia sido combinado ficou por conta dos educandos, os mesmos dividiram-se em 05 grupos. O primeiro sistematizou em um teatro representando um assalto com agressão física, onde um jovem foi agredido, um passou e não deu atenção, outro passou e riu, outro passou e ajudou, levantando-o do chão, mostrando que diante de uma situação de violência, não devemos ficar calados, e sim ajudar.

O teatro baseou-se de acordo com a parábola do bom samaritano, este grupo foi um dos que mais surpreendeu a estagiária, pois os meninos são considerados “indisciplinados” na instituição, e os profissionais que ali estavam assistindo demonstraram muita surpresa com o amadurecimento dos mesmos.

Outro grupo sistematizou uma agressão verbal, onde uma criança falava com a outra, chamava-a de burra, então as meninas surpreendem dizendo: “*que violência não rolava, e praticar Bullying era feio*”.

Outro grupo teatralizou uma família, onde o pai brigava com a filha, porque a mesma ficou nota baixa na prova e não sabia fazer as contas de matemática, quando chega a mãe e fala que não se deve “*brigar, nem xingar, nem bater nos filhos e sim conversar*”.

Destaca-se que isso sempre foi discutido com a turma, em algumas ocasiões eles trouxeram que os pais em casa, por vezes tinham reações agressivas quando os filhos não estavam bem na escola, inclusive a “prática do castigo”, ou “da surra” eram adotadas, segundo informações dos próprios educandos. Ainda, nesta perspectiva, durante as oficinas, foram realizadas discussões sobre os maus-tratos cometidos pelos responsáveis que muitas vezes são justificados como mecanismos de punições aos extremos que os filhos cometem, sendo um castigo movido a uma “surra”, alguns “tapas” ou até mesmo “espancamento” é sinônimo de estar

ensinando a não cometer tais atos novamente, ou até mesmo as agressões verbais, que agredem e ferem profundamente uma criança.

Outro grupo, apresentou uma escola, onde a professora havia feito o pedido de que as alunas trouxessem algo sobre a violência, uma delas havia feito um cartaz, e mesma apresentou quais eram as situações de violência encontradas em revistas pesquisadas. O último grupo composto por meninas apresentou um vídeo da internet sobre violência doméstica, este muito interessante e rico de informações.

Por fim, foi realizado o encerramento da oficina, com algumas observações enquanto estagiária. Este encontro contou com a participação das supervisoras de campo e educadoras da turma que cedeu o espaço de horário. Enquanto estagiária destaca-se que foi uma vivência tranquila, nesta turma, e que os objetivos foram alcançados, pois se reconheceu algumas mudanças das crianças e amadurecimento das ideias, conforme será relatado no próximo item.

4.4.2 Avaliação do Projeto

A avaliação do projeto realizada pela estagiária aconteceu de forma sistemática a cada encontro que era realizado, bem como os diálogos com a supervisora de campo e acadêmica sobre o andamento e a efetividade do projeto, as propostas iniciais foram cumpridas, e a recepção almejada foi alcançada.

Com relação ao trabalho do Serviço Social, na Instituição, nota-se que o projeto contribuiu no processo de enfrentamento e resistência às situações de violência, no contexto institucional, que se inseria, e ainda em ambiente familiar, pois as discussões se sobressaíram do ambiente institucional, e sabe-se que os educandos de certo modo se moveram com a proposta de disseminar as noções de prevenção às ações violentas. Destaca-se a percepção enquanto estagiária o quanto que os educandos foram sensibilizando-se sobre a temática e as reflexões sobre o tema.

Evidencia-se que a cada encontro os educandos assumiam uma postura de multiplicadores das propostas de enfrentamento a violência, que a oficina trabalhou, onde eles não são mais coniventes com as situações que a representassem, como exemplo, destaca-se: que quando evidenciado algum fato de violência, eles mesmos identificavam e tentavam refletir sobre as ações.

A convivência com as crianças, especialmente a turma Sabiá, onde o projeto foi desenvolvido, foi uma experiência desafiadora, pois tudo que é novo assusta, entretanto com o passar do tempo, a intervenção foi se tornando tranquila, em vista da recepção positiva das crianças com a proposta de trabalho, ao mesmo tempo elas participaram com bastante entusiasmo e criatividade.

Ressalta-se que durante o estágio acompanhou-se alguns casos de violência, entre eles, de um educando que participava da oficina “violência não rola”, educando este vítima de violência sexual, o mesmo havia chegado, na instituição no início do ano, que coincidiu com a entrada da estagiária, portanto, acompanhou-se todo seu processo desde o início.

Enquanto estagiária participou-se das avaliações e intervenções realizadas, e sempre buscou-se discutir em supervisão de campo com a Assistente Social o referido caso do educando, pois a criança apresentava comportamento muito agressivo, não demonstrava confiança nos educadores, era violento em suas palavras e atos, situações que se agravaram depois do abuso sexual, segundo relato da mãe do educando. Azevedo (2007) em um capítulo consequências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual tomando base pesquisas realizadas sobre o tema, diante disso:

As relações interpessoais das vítimas de abuso sexual na infância e adolescência parecem sofrer interferências desadaptativas ligadas à ocorrência do abuso. É compreensível que assim seja porque, afinal, a violência sexual ocorre na trama de um relacionamento interpessoal. Em geral, as vítimas costumam experimentar as seguintes dificuldades básicas: - recusa no estabelecimento de relações com homens; - estabelecimento de relações apenas transitórias com homens; - tendência a supersexualizar relações com homens (AZEVEDO, 2007, p. 154).

Nesta perspectiva, Azevedo (2007) conclui na sua pesquisa que se tratando de crianças e adolescentes que foram vítimas de violência, existe a possibilidade de “danificar a autoconfiança e a confiança nos outros”, devido à construção de um auto conceito bastante “negativo” e de uma visão de mundo bastante pessimista.

Embora não seja absolutamente evidente que as vítimas de abuso sexual na infância e adolescência enfrentem mais problemas emocionais quando comparadas à população de não vítimas, não há dúvida de que as vítimas que procuram tratamento costumam enfrentar três problemas intimamente ligados: - sentimento de culpa, - sentimento de auto-desvalorização, - depressão (AZEVEDO, 2007, p. 153).

No entanto, durante o processo de estágio, notou-se que o comportamento do educando melhorou de forma significativa, principalmente após receber atendimento psicológico, também disponibilizado para a família. Pode-se observar também que a cada dia da oficina através da participação e interação com os colegas, criou-se um espaço favorável para o restabelecimento de seus vínculos e relações com a turma.

Durante a intervenção pode-se perceber que o educando foi se sensibilizando cada vez mais com a temática, e suas atitudes sofreram mudanças gradativas, prova disso foi a sua participação na oficina, através de proposições construtivas para o enfrentamento e resistência as situações de violência, bem como suas atitudes no espaço institucional.

Em alguns diálogos e conversas relatados em diário de campo, e intervenções acompanhadas, as mudanças do educando não tiveram como não ser percebidas, e apesar da quebra e fragilização de seus vínculos em decorrência da violência, proporcionando uma experiência rica no processo de estágio.

Diante disso, o processo de intervenção foi relevante com a turma Sabiá, pois evidenciou as contribuições do olhar crítico e a escuta sensível que se teve enquanto estagiária, e que são importantes para que se estabeleça os processos de intervenção, mesmo que minimamente as contribuições instigassem à mudanças e os processos de enfrentamento da violência do educando, mesmo que já vitimizado, o quanto os movimentos de resistência podem fazer diferença na vida das vítimas de abuso sexual.

O processo de trabalho na execução do projeto de intervenção deu-se pela utilização dos instrumentais técnico-operativos, pelo conhecimento técnico e teórico diante do tema da violência contra a criança e o adolescente. Buscou-se utilizar como metodologia técnicas que fossem acessíveis às crianças, de fácil compreensão e que chamassem atenção das mesmas, como formas lúdicas, vídeos, desenhos, músicas, etc.

Ressalta-se que foi construído um cronograma, e que alguns planejamentos necessitaram ser alterados, pela avaliação enquanto estagiária da melhor maneira de apreensão das crianças, para que assim os resultados fossem positivos e a proposta continuasse sendo exequível.

Não se aplicou um questionário para saber a avaliação, visto se tratar de crianças como público alvo, mas no último encontro essa avaliação foi realizada por

meio de um diálogo, em suas falas, as crianças trouxeram o quanto gostaram, o quanto foi importante, e as percepções que possuem após a execução do projeto.

Educando 01: “Professora, vamos sentir muita falta a senhora, bem que a senhora poderia continuar com a nossa turma...” Educando 02: “Apreendi que violência gera violência, e que não devemos bater nem brigar com quem amamos...” Educando 03: “Que se cometermos algo de ruim, ou xingarmos alguém devemos pedir desculpas...” Educando 04: “Que devemos respeitar os professores e os pais em casa, e ajudar nossas mães...” Educando 05: “Que devemos manter a harmonia nas nossa relações com turma, e se comportar no CFTV para sairmos do sinal vermelho...” (AMARAL, 2014, s/p).

O processo de intervenção, no estágio, teve como objetivo o fortalecimento dos movimentos de resistência e enfrentamento à violência e sua prevenção, trabalhando com as crianças questões sobre a violência, e para que estas não a utilizem mais para resolver seus conflitos.

Durante as oficinas, identificou-se que os educandos entendem que não devem fazer uso de atos agressivos. As próprias crianças fizeram avaliações sobre seus atos, e o fato de que para viver em harmonia era necessário respeito às diferenças e às opiniões, e que a agressão tanto física quanto verbal, que parecia ser algo natural e espontâneo, era necessário ser modificado. Esta foi uma dificuldade encontrada, apontar que a violência não era um processo natural, sabendo-se que muitas das crianças estavam vinculadas com relações de violência, que fazem parte de seu cotidiano.

Percebe-se, neste sentido, como o fazer profissional está ligado a sua atuação frente à demanda que está imposta, e como enquanto objeto de intervenção está ligada em suas relações interpessoais, e ainda, o quanto o espaço de discussão torna-se um ambiente favorável a mudanças de comportamentos e formação.

A partir do momento em que o próprio sujeito toma conhecimento de seus atos e suas implicações, onde em uma sociedade que é caracterizada pela desigualdade, como este sujeito possa vir inserir-se como construtor de um mundo melhor começando pelas suas próprias atitudes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto estagiária fazendo uma análise do processo de trabalho do Assistente Social, e entendendo que o mesmo não pode ser medido quantitativamente, e ainda o quão difícil é especificar o seu resultado de maneira imediata, ressalta-se que existe, na instituição, uma relação muito condizente com as políticas que a regem, e que todo o trabalho realizado tanto pelo Serviço Social quanto aos demais setores que formam o núcleo duro da instituição são realizados de maneira precisa, adequando-se à realidade dos sujeitos, e que o produto do trabalho destes profissionais, é a possibilidade de viabilizar a garantia ao acesso dos direitos dos usuários, e de promover a autonomia dos mesmos.

O produto da intervenção com a turma Sabiá são discussões e reflexões que podem fazer diferença, nas suas relações, tanto em ambiente escolar, como em relações familiares. Como resultado percebido, durante a execução do projeto, foram as mudanças nas relações dos educandos, em suas brincadeiras, suas ações, suas falas, até mesmo nos diálogos dos mesmos na hora do almoço, e principalmente na relação com os educadores, pois foram trabalhados temas que possibilitaram uma harmonia na convivência, e ainda o olhar crítico diante de suas próprias atitudes. Durante o projeto, esta turma teve uma significativa mudança de comportamento, e isso foi reconhecido até mesmo pelos educadores da turma e demais colaboradores.

Ainda, considera-se o fato que estas crianças entraram em contato com uma diferente forma de enxergar a violência, tendo a oportunidade de ter um espaço para sua discussão. Espaço este que as possibilitou refletir sobre suas próprias brincadeiras agressivas, e ainda se indagarem onde estava a violação dos seus direitos e dos direitos dos outros, ao usarem “um tapa, um empurrão” como forma de sentir-se melhor diante de uma situação de “raiva” e descontentamento”, como por exemplo.

Ressalta-se que isso provocou a reflexão crítica, instigando-os a mudar as atitudes, e provocando-os em suas relações na escola, no CFTV, com os amigos, na família. Sensibilizando-os para uma cultura de paz, de harmonia, de amor e de respeito. Acredita-se que a partir disso, as atitudes se modificaram, durante o processo que se acompanhou. Espera-se que as discussões sobre o tema possam

ainda estar se disseminado entre os educandos, modificando muitas realidades e relações.

Nesta perspectiva, abordar a temática da violência na infância e das práticas relativas às crianças instigou inquietações e muitos questionamentos a acadêmica, pois se refere a um processo complexo, caracterizado por experiências marcadas pelo sofrimento, pela dor, pelo medo, pelo trauma e, conseqüentemente, pela busca de modos de lidar com estas situações, o que evidenciou-se na execução do projeto, é que o espaço de discussão tornou-se importante e visível no amadurecimento das crianças, vindo elas a tornarem-se sujeitos compromissados a não aturar a violência em sua relações, sempre instigados a uma visão crítica de que a violência é uma forma de violação dos direitos humanos.

Este momento único que é o estágio, onde foi possível entender e compreender os elementos constitutivos que fazem parte do processo de trabalho do Assistente Social, a aproximação teórico-prática, as intervenções que se pode acompanhar, os casos específicos com o tema que foi trabalho no presente trabalho, e somado a uma boa convivência e laços que foram criados dentro desta instituição entre os profissionais e estagiária, contribuiu para que esse processo fosse um momento precioso da formação.

Enquanto estagiária a intenção não foi somente observar a dinâmica da instituição, mas sim propor e intervir, tirar dúvidas, trocar ideias e conhecimentos, e tudo isso, foi materializado no acompanhamento do fazer profissional da instituição. Juntamente com uma supervisão acadêmica e de campo excelentes, onde durante o estágio I e II, teve-se a oportunidade de ter supervisões, momento de tirar dúvidas, de dialogar, de sentir-se seguro, tanto a supervisora de campo, quanto acadêmica não deixaram a desejar no quesito supervisão de estágio, e ainda destaca-se que esse fato influenciou muito no amadurecimento intelectual e pessoal da estagiária.

No que se refere as possibilidades, destaca-se uma em especial, que é o acompanhamento do cotidiano do Serviço Social com as famílias e com os casos de violência que surgiram de uma forma significativa comparado com o ano que se passou. A violência em âmbito familiar, é uma demanda que discutiu-se muito pois, somente ter realizado a intervenção com as crianças, não considerou-se o suficiente.

Como proposta e possibilidade de intervenção deixa-se a ideia de pensar um trabalho que venha a ser direcionado para as famílias do CFTV, um

acompanhamento, encontros, algo que contribua para que os serviços do Centro de Formação, atenda a essa demanda evidenciada e contribua de maneira preventiva à ocorrência de situações de violência.

Visto que, a violência trata-se de um fenômeno histórico e contemporâneo. E, por vezes sinônimo comum e distintivo das descrições das relações sociais de cada época. No cotidiano ela compõe relações, transforma vidas e produz subjetividades, tornando-se foco de debates, reflexões e preocupação em diversos contextos sociais. Abordar a temática com as famílias considera-se de suma importância, pois é neste núcleo que é realizada a formação do indivíduo, e o fortalecimento dos vínculos familiares é uma maneira de intervir na prevenção da ocorrência da violência.

No que tange ao acúmulo de conhecimentos obtidos durante toda a graduação, com certeza o estágio foi o locus onde tudo foi se efetivando e se concretizando. Momento este, que pode-se observar a teoria e a prática no fazer profissional do Assistente Social. Do mesmo modo, as relações de poder de cada instituição, suas demandas, seus percauses, dificuldades. O estágio foi um momento ímpar na graduação, possibilitou a acadêmica discernir as relações e seus impasses, aprofundar seus conhecimentos teóricos e metodológicos, fatores estes que farão a diferença na sua identidade profissional.

O produto que se teve referente ao estágio foi o entendimento da realidade, apropriação prática do trabalho realizado pelo Serviço Social, perceber em que contexto está inserido o profissional Assistente Social, quais as correlações de força que fazem parte do seu processo de trabalho e do seu cotidiano, e como pode-se criar as estratégias de enfrentamento perante as demandas.

Os limites do estágio podem dar-se ao próprio tempo de duração do estágio, pois dois semestres tornam-se quase que insuficientes para se vivenciar e entender toda a lógica de funcionamento de uma instituição, bem como os processos de trabalho.

Falar do Estágio Supervisionado em Serviço Social não significa que uma fase acabou, muito pelo contrário, foi neste espaço que enquanto estagiária formou-se sua base profissional, pois este tornou-se ímpar na tentativa do aprimoramento. As experiências que o Estágio I e II propiciaram foram memoráveis, diversos fatos influenciaram para que esta etapa da graduação contemplasse as expectativas da estagiária.

Enfim, foi um processo de grande aprendizagem tanto a nível acadêmico, quanto a nível pessoal, pois a partir deste estágio, e da aproximação da realidade dos sujeitos sociais desta Instituição. O contato com os educandos que aconteceu de uma forma muito intensa e especial, com certeza contribui muito para a intencionalidade deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Maria Silveira. **Violação da infância:** crimes abomináveis: humilham, machucam, torturam e matam! Porto Alegre, RS: AGE, 2005. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=aumqMgVOP6QC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15 Dez de 2013.

ALMEIDA, Andréia Cristina da Silva. **O debate sobre o objeto do Serviço Social:** Reflexão sobre a atuação do Serviço Social frente à questão social. 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2167/2347>> Acesso em: 09 Mar. 2014.

AMARAL, Priscila Paula. **Diário de Campo.** Curso de Serviço Social. Universidade Federal do Pampa. São Borja/RS: 2013.

AMARAL, Priscila Paula.. **Projeto de Intervenção.** Curso de Serviço Social. Universidade Federal do Pampa. São Borja/RS: 2013b.

ARGENTI, Camila Fontoura; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. **“Pais apanham da vida e filhos apanham dos pais”:** desvelando as suspeitas de violência contra a criança e o adolescente a partir de experiência de estágio profissionalizante. In: Textos e Contextos, v.3, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass>>. Acesso em 05 Dez. 2014.

ÀRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 2012.

ASSIS, S. G. **Crianças e adolescentes violentados:** passado, presente e perspectivas para o futuro. Cad. Saúde Pública [online], 1994, v. 10, supl.1 [citado 2006-10-21]. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1994000500008&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 20 Jan. 2014.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência Sexual Intrafamiliar:** É possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** 2. ed . São Paulo: Iglu, 2007.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade de instrumentação** - São Paulo: Veras Editora, 2000.

BOLÍVAR, Simón. As múltiplas faces da infância: um retrato sem retoque. **In: Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. GUERRA, Viviane de Azevedo. Violência. 6ª. ed. Revista e ampliada - São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 10 Dez. de 2013.

BRASIL. Lei 8.069/90. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990.

BRASIL. Lei Federal nº 8.742, de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

BRASIL. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2009.

BUENO, Álvaro Rodrigues. Vitimização física: Identificado o fenômeno. AZEVEDO, Maria Amélia (Org). GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Org). **In: Crianças Vitimizadas – A síndrome do pequeno poder**. 2 ed. São Paulo: Iglu, 2007.

BURIOLO, Marta Alice Feiten. **Supervisão em Serviço Social** – O supervisor, sua relação e seus papéis. 6º. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARDOZO, Mariana Montagnini. PERETTI. Rafael Magalhães. **O desenvolvimento da família e a nova condição da mulher na sociedade**. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/qt7/4_marianacardoso.pdf>>. Acesso em: 30 de Jan. de 2014.

CARVALHO, Claudia Maciel. Violência infanto-juvenil, uma triste herança. ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org). **In: A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>>. Acesso em 16 Fev. 2014.

CAVALCANTE, Lilia Iêda Chaves. **Violação de direitos da criança e do adolescente: Cenas familiares. Dissertação de Mestrado**. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1904/1/tese.pdf>>. Acesso em 17 de Jan. de 2014.

CFESS. Lei Federal nº 8.662/9, de 07 de junho de 1993. Lei de Regulamentação da Profissão.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias**: referências para a atuação do psicólogo. Brasília: CFP, 2009.

COSTA, Liana Fortunato. PENSO, Maria Aparecida. Violência na Família. In: Coletânea de artigos: Enfrentando a violência na rede pública de saúde do Distrito Federal. Disponível em: <ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/outros/viole_rededf.pdf>. Acesso em 10 Dez. de 2013.

COSTA, Marcia Regina da. PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **A violência: natural ou sociocultural?**. 5^o ed. São Paulo: Paulus, 2006. LIVRO PEQUENO

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. São Paulo: Centauro, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra a criança e o adolescente**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FERRARI, Dalka C. A. VECINA, Tereza C. C. **O fim do silêncio na violência familiar. Teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, Marcos Cézar de. **História Social da Infância no Brasil**. 6^o ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

GRASS, Ir. Sônia Maria. Plano Serviço Social do Centro de Formação Teresa Verzeri. São Borja: 2010.

GRASS, Ir. Sônia Maria. **Projeto Social: Construindo o Mosaico do Saber Social**/Ir Sônia Maria Grass (org), Fátima Rosângela Correia Segobia, Maria Conceição Sanzi Aquino, Mariane Pereira Jaques da Silva Zinelli. 2007.

GUERRA, Viviane de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 6ª. ed. Revista e ampliada - São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Processo de Trabalho e Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XX- nº. 62. - São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed . São Paulo: Cortez, 2012.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. GALINDO, Dolores Cristina Gomes. ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **Análítica das práticas de violência contra crianças e adolescentes: uma história presente das políticas para a infância no Brasil atual**. Revista SER Social, Brasília, v. 14, n. 31, p. 288-305, jul./dez. 2012. pag. 288-305.

LEVISKY, David Léo. Prefácio: Uma Gota de Esperança. CARVALHO, Claudia Maciel. Violência infanto-juvenil, uma triste herança. ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org). **In: A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>>. Acesso em: 22 Jan. de 2014.

LOPES, *Jacqueline* Paulino. FERREIRA, Larissa Monforte. **Breve histórico dos direitos das crianças e dos adolescentes e as inovações do Estatuto da Criança e do Adolescente – lei 12.010/09**. Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito, v. 7, n. 7, 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/viewFile/1967/1972>>. Acesso em 11 Jan. de 2014.

MARCILIO, Maria Luiza. FREITAS. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. **In: Marcos Cezar de. (Org.). História Social da Infância no Brasil**. 6º ed. – São Paulo: Cortez, 2006. p. 53-80.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência Intrafamiliar – Orientações para a prática de Serviço**. Cadernos de Atenção Básica, nº 8 - Série A – Normas e Manuais Técnicos; nº 131. 2002, Brasília/DF- Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em 18 Fev. 2014.

ODALIA NILO. O que é violência. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.- (Coleção Primeiros Passos; 85).

PERUHYPE, Rariane Carvalho; HALBOTH, Nádia Verônica, ALVES, Paula Aryane Brtio. Uso da violência doméstica como prática educativa: conhecendo a realidade em Diamantina – MG/ Brasil. In: **Textos e Contextos**, v. 10, n.1, pág 170 a 178, Jan/Jul. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7948/6432>>. Acesso em 20 Jan. 2014.

PICANÇO. Marilucia Rocha de Almeida. História da Violência Contra Criança - Abordagem Cultural e Conceitual do Tema. In: **Coletânea de artigos / Enfrentando a violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal** / Laurez Ferreira Vilela (coordenadora). – Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2005. Pag. 04-08.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado e violência. 1º Reimpressão. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Introdução. A síndrome do pequeno poder. In: **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2ª. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

SILVA, Algéria Varela da. **Vulnerabilidade Social**: explicando o conceito. Seminário Nacional: Governança Urbana e desenvolvimento Metropolitano. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST6_Algeria.pdf> Acesso em: 17 de Dez. de 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da. O Método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural. s/d.

SOARES, Vacy Ribeiro. **Desconstruindo o mito da impunidade no estatuto da criança e do adolescente(Eca)**. Revista vox – nº - Jan-Jul | 2010. Disponível em:<<http://www.revistavox.fadileste.edu.br/download/artigo7.pdf>> Acesso em: 17 Dez. de 2013.